



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Março/2011

Reitor
Prof. José Carlos Tavares Carvalho

Vice-Reitor
Prof. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Prof. Oto João Petry

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Adelma das Neves Nunes Barros

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias
Prof. Steve Wanderson Calheiros de Araújo

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

COORDENAÇÃO

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Seloniel Barroso dos Reis

ELABORAÇÃO

Departamento de Planejamento

Adm. Hênyo Hytallus da Silva Andrade

Adm. Rosilene Seabra de Aguiar

Edson Igreja Bentes

Regina Schinda

Cálculo dos Indicadores de Gestão

Divisão de Sistema Operacional

Econ. Luiz Carlos Silva de Araújo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 107/2010 e da Portaria TCU nº. 277/2010.

Macapá, 31 de março de 2011.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação

SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

DEPLAN - Departamento de Planejamento

DEFIN - Departamento Financeiro

DINFO – Departamento de Informática

UBS – Unidade Básica de Saúde

PROEAC – Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

PROAP – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

CGP - Coordenação de Gestão de Pessoas

PROGRAD - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

DEPSEC - Departamento de Processos Seletivos e Concursos

DERCA – Departamento de Registro e Controle Acadêmico

DPG - Departamento de Pós-Graduação

DPQ – Departamento de Pesquisa

BIC – Biblioteca Central

PCU – Prefeitura do Campus Universitário

SPO – Sub Secretaria de Planejamento e Orçamento

MEC – Ministério da Educação

DINTER - Doutorado Interinstitucional

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UMAP – Universidade da Maturidade

CPV – Curso Pré-Vestibular

REUNI – Plano de Estruturação e Expansão das IFES

IBEG – Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos

SCPD – Sistema de Concessão de Passagens e Diárias

MPOG – Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão

AUDINT – Auditoria Interna

RAINT – Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna
PAAINT – Plano Anual de Atividade de Auditoria I
SISAC – Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessões
DINT – Departamento de Interiorização
SESU – Secretaria de Educação Superior
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PPGBIO – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical
MINTEG – Mestrado Integrado de Desenvolvimento Regional
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
DACE – Departamento de Assuntos Comunitários e Estudantis
NAEA – Núcleo de Altos de Estudo Amazônico
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
UFPA – Universidade Federal do Pará
UNB – Universidade Nacional de Brasília
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
CONSU – Conselho Superior
CONDIR – Conselho Diretor
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI – Projeto Político-pedagógico Institucional
PPAAI – plano plurianual de atividades de auditoria interna
RAAAI – relatório anual de atividades de auditoria interna
CGU – Controladoria Geral da União
UJ – Unidade de Jurisprudência
LOA – Lei Orçamentária Anual
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
UAB – Universidade Aberta do Brasil
IES – Instituição de Ensino Superior
ONGs – Organização não Governamental
EAD – Ensino a Distância
OGU – Orçamento Geral da União

PASEP – Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
GEAP – Fundação de Seguridade Social
SIASS – Sistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor
UO – Unidade Orçamentária
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
UG – Unidade Gestora
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
RP – Resto a Pagar
RPs – Restos a Pagar
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
TCE – Tribunal de Contas do Estado
FUNSAUDE – Fundação de Saúde
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
HU – Hospital Universitário
AG – Alunos de Graduação
APG – Alunos de Pós-Graduação
AGTI – Alunos de Graduação Tempo Integral
AGE – Alunos Graduação Equivalente
APGTI – Alunos Pós-Graduação Tempo Integral
GPE – Grau de Participação Estudantil
GEPG – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
FUNPEA – Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias
FMZ – Fundação Marco Zero
COEG – Coordenação de Ensino de graduação
USP – Universidade de São Paulo
CEDERJ – Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
EPP – Empresa de Pequeno Porte
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

LISTA DE QUADROS.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	37
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	63
Programação de Despesas Correntes.....	59
Programação de Despesas de Capital.....	60
Quadro A. 15. 2. - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	115
Quadro A. 15.3. - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	118
Quadro A.1.1. - Identificação da UJ - relatório de Gestão Individual.....	25
Quadro A.10.1. – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	94
Quadro A.11.1. – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	97
Quadro A.11.2. – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	97
Quadro A.11.3. – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	98
Quadro A.12.1. – Gestão de TI da UJ.....	99
Quadro A.15.1. - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	103
Quadro A.15.4. - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	125
Quadro A.2.08 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ.....	65
Quadro A.2.09 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	66
Quadro A.2.1. - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	29
Quadro A.2.10. – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	67
Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	69
Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	70
Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	71
Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.....	37
Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....	58
Quadro A.2.4. – Programação de Despesas Correntes.....	59
Quadro A.2.5. – Programação de Despesas de Capital.....	60
Quadro A.2.6. – Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	61
Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	63
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	76
Quadro A.5.1. – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	78
Quadro A.5.10. – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	86
Quadro A.5.2. – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010.....	79

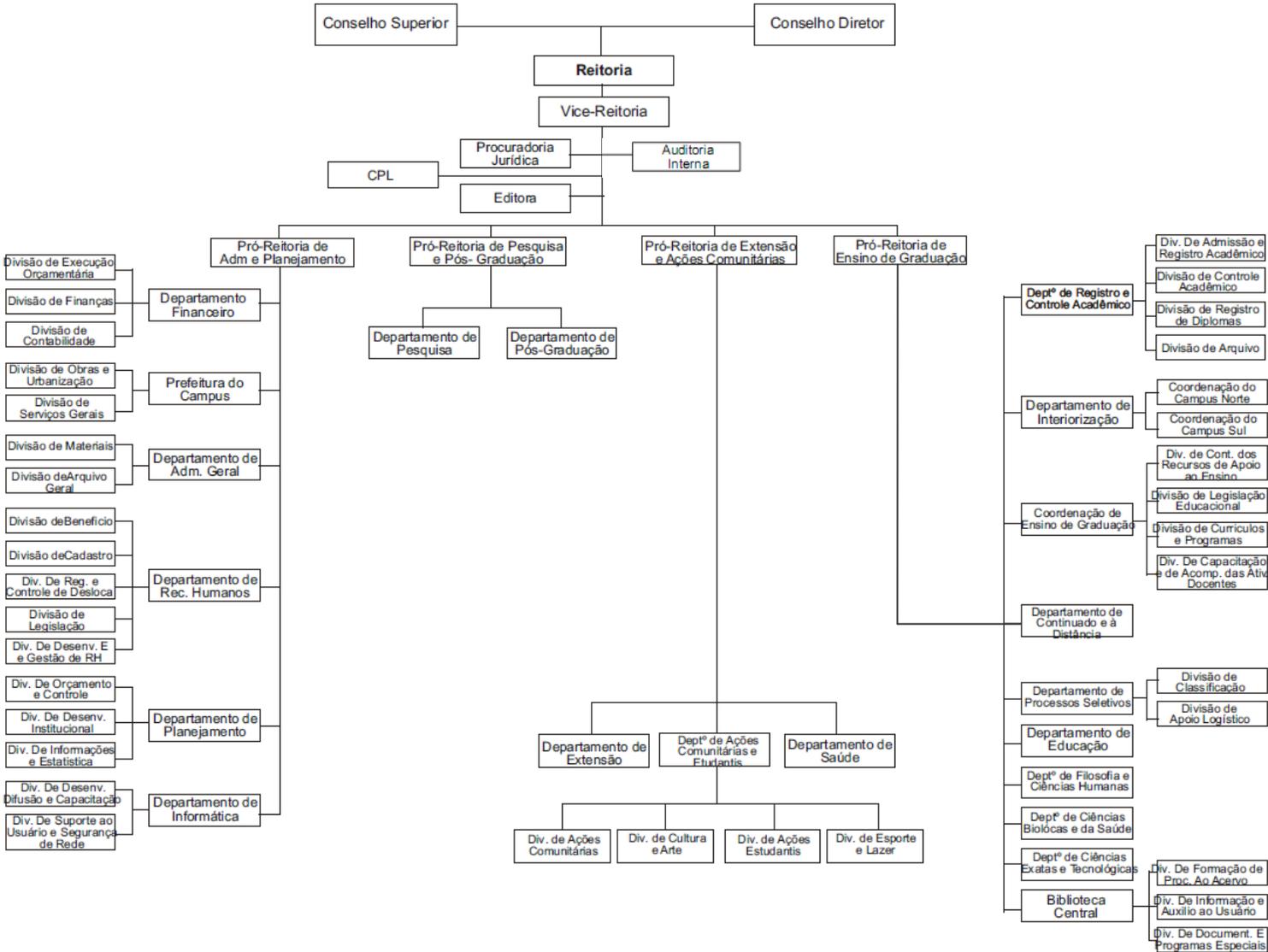
Quadro A.5.3. – Composição do Quadro de recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010	79
Quadro A.5.4. – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010	80
Quadro A.5.5. – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010	80
Quadro A.5.7. – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.	82
Quadro A.5.8. – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	84
Quadro A.5.9. – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	85
Quadro A.9.1. - Estrutura de Controle Internos da UJ	91
Quadro B. 1.1. - Declaração Plena do Contador	138
Quadro C.7.1. - Indicadores Primários - Decisão TCU n° 408/2002	141
Quadro C.7.2. - Indicadores de Decisão TCU n° 408/2002	143

SUMÁRIO

Introdução.....	22
1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	25
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	26
2.1. Responsabilidades Institucionais.....	26
2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	26
2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	29
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	29
2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	58
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	58
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	65
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	73
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	75
3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	75
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	76
4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	76
4.2. ANÁLISE CRÍTICA.....	76
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	78
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	78
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	80
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos.....	82
5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	84
5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	87
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	91
7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	91
7.1. Estrutura de controles internos da UJ.....	91
8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	94
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	94
9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	97
10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	99
11.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	100
11.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	100
11.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	100
11.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica	101
11.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	101
11.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	101
11.7. Comunicações à RFB.....	101
11.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	101
11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	102
12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.....	103
12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	103
12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	115
12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	118
12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	125
PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010, INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DO CONTROLE INTERNO.....	134

PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010, OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	136
13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010	138
13.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.....	138
14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN N° 107, DE 27/10/2010.	139
15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N° 57, DE 27/10/2010.	140
16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	140
17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	141
17.1. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão n° TCU 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores.....	141
18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	149
19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	149
20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	149
20.2. Análise Crítica	150
21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/10/2010.	150
RESULTADOS E CONCLUSÕES, ANEXO III DA DN TCU N°. 107, DE 27/10/2010. ...	150
ANEXO I.....	152
ANEXO II	154

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Competências e Atribuições das Unidades Administrativas da Fundação Universidade Federal do Amapá

CONSU

Formula a política geral da Universidade e traça diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar; aprova o Regimento Geral da Universidade, aprova as modificações do Estatuto da Universidade; do plano de desenvolvimento institucional e o projeto político-pedagógico institucional; decide sobre a criação, incorporação, modificação, extinção ou suspensão temporária de cursos; homologa a indicação feita pelo Reitor de qualquer pessoa que não faça parte do quadro efetivo desta IFES para nela desempenhar cargos ou funções; aprova a programação dos cursos, no que tange ao projeto pedagógico de cada um deles.

CONDIR

Estabelece normas para execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade; aprova as propostas orçamentárias anual e plurianual; aprova o relatório anual de atividades e tomada de contas do reitor; acompanha e fiscaliza a execução orçamentária da Universidade.

REITORIA

Representa a UNIFAP, em juízo ou fora dele; convoca e preside as reuniões do CONSU e do CONDIR, bem como as demais reuniões dos órgãos colegiados da UNIFAP a que comparecer; confere grau e assina diploma de graduação e pós-graduação; coordena as atividades universitárias; submete ao CONDIR, para apreciação e parecer, a proposta orçamentária da UNIFAP; nomeia, empossa, promove, elogia, transfere, pune, dispensa, destitui e exonera servidores, observada a legislação pertinente; dá posse aos Pró-Reitores e Diretores de Departamento; homologa os planos anual e plurianual da Universidade, o plano de desenvolvimento institucional (PDI), o projeto político-pedagógico institucional (PPI),

após aprovação pelo CONSU; designa e dispensa os titulares de cargos de direção e funções gratificadas; cumpre e faz cumprir as decisões dos órgãos colegiados, bem como a execução dos planos e orçamento aprovados; promove o intercâmbio da Universidade com a comunidade e com instituições congêneres; desempenha quaisquer outras atribuições inerentes à função de Reitor, previstas legalmente.

VICE-REITORIA

Substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliá-lo em caráter permanente.

PROCURADORIA JURÍDICA

Presta assessoramento à reitoria em assuntos de natureza jurídica; mantém atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudência, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redige peças e solicita documentação destinada a instruir processos judiciais; emite pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representa a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

AUDITORIA INTERNA

Acompanha o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da UNIFAP, a execução dos programas e do orçamento; assessora os gestores no acompanhamento da execução dos programas pertinentes, com o objetivo de comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e adequação do gerenciamento; examina e emite parecer prévio sobre a prestação de contas anual da UNIFAP; acompanha a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União - TCU; comunica tempestivamente à Secretaria Federal de Controle Interno, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, sob o ponto de vista administrativo, para o ressarcimento devido;

examina e acompanha as operações contratuais relativas à receita e à despesa, assim como de convênios, acordos, ajustes e outros; propõe a instauração de processo administrativo, quando da ocorrência de indícios e evidências de irregularidades; propõe tomada de contas, quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu alguma falha, desvio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Universidade; apresenta relatórios periódicos dos trabalhos realizados, ressaltando as falhas eventualmente encontradas; elabora o plano plurianual de atividades de auditoria interna – PPAAI - do exercício seguinte; e elabora o relatório anual de atividades de auditoria interna – RAAAI - para encaminhamento à unidade de controle interno em que estiver jurisdicionado.

EDITORA

Incentiva a produção e a divulgação de trabalho intelectual, seja ele científico, didático, técnico, literário, artístico ou outros; edita as publicações da UNIFAP; desenvolve atividades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão; promove intercâmbio bibliográfico com outras Universidades, bibliotecas e entidades congêneres; normatiza as publicações por ela editadas de acordo com as normas nacionais e internacionais; revisa a matéria publicada, anotando os erros e omissões e providencia sua republicação; e distribui e/ou comercializa os exemplares das publicações editadas.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Apóia e assessora à Reitoria nas licitações promovidas pela administração, em conformidade com o disposto na legislação federal pertinente.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Define a política de Administração e Planejamento da Universidade; Elabora os planos anual e plurianual de Administração e Planejamento e promove as condições de execução dos mesmos; supervisiona, coordena, gerencia e avalia as atividades de planejamento, orçamento e informações dos níveis decisório, intermediário e operacional; coordena a elaboração do relatório anual das atividades da Universidade; elabora as propostas orçamentárias anual e plurianual, para atender ao Plano Geral de Desenvolvimento da UNIFAP; executa o acompanhamento físico-financeiro dos planos e programas anuais e plurianuais.

PREFEITURA DO CAMPUS

Elabora o plano anual de trabalho para pequenas obras e serviços necessários à manutenção, reparo, conservação e limpeza dos imóveis da Universidade; fornece todas as informações que forem solicitadas, visando a subsidiar o plano de expansão física do campus; responsabiliza-se pelo bom funcionamento das instalações da infraestrutura do campus; zela pela limpeza, segurança e conservação do campus; responsabiliza-se pela manutenção e conservação; fiscaliza a utilização das edificações e ambientes da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Elabora, acompanha e avalia a execução do plano global de gestão e os respectivos planos anuais de ação da UNIFAP; assessora o Pró-Reitor de Administração e Planejamento na formulação da política de planejamento da UNIFAP; desenvolve a elaboração do orçamento anual e plurianual da UNIFAP; levanta, elabora e processa dados estatísticos educacional e administrativo da UNIFAP; Gerencia Contratos, Convênios e demais instrumentos similares firmados junto a instituições públicas e privadas.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Organiza, gerencia e controla todos os esforços e iniciativas de utilização da tecnologia da informação nos processos meio e fim da UNIFAP; desenvolve e mantém ferramentas automatizadas (sistemas) que forneçam informações a todos os setores da instituição; cuida da segurança das informações da UNIFAP veiculadas em meio magnético.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Coordena as atividades da Divisão de Material, serviços de Almoarifado, Transporte e Protocolo; assessora a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

Coordena e supervisiona as atividades de gestão de pessoas dentro da Universidade; organiza o registro de órgãos e instituições públicas especializados em treinamento e desenvolvimento de gestão de pessoas, bem como dos respectivos programas e condições de treinamento; promove o levantamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento de gestão de pessoas; operacionaliza o sistema de cadastro individual de pessoal em seus vários aspectos, conforme for determinado pelo órgão gestor do sistema; mantém todas as informações cadastrais sob sigilo funcional, não permitindo que a elas tenham acesso terceiros sem autorização específica.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Supervisiona, coordena e executa as atividades orçamentárias, financeiras e contábeis no âmbito da Universidade; controla processos para fins de pagamento, obedecendo às disposições que regulam o assunto e às limitações orçamentárias; fiscaliza a utilização dos recursos financeiros; mantém o equilíbrio entre receita e despesa.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Define a política de pesquisa e pós-graduação da Universidade; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe à Reitoria os planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA

Executa a política de pesquisa aprovada pelos órgãos competentes da Universidade; coordena a execução dos programas de pesquisa; orienta os coordenadores de programas na condução, execução, acompanhamento e divulgação da pesquisa; elabora as normas para o funcionamento da pesquisa na UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Executa a política de pós-graduação aprovada pelos Conselhos da Universidade; direciona a ação dos cursos de pós-graduação; elabora as normas para o funcionamento da pós-graduação na UNIFAP.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Estabelece políticas, programas e metas de extensão, baseados nas propostas oriundas dos Colegiados de Cursos; mantém a academia e demais instâncias informadas sobre o andamento das atividades de extensão; oficializa junto à Coordenadoria de Ensino de Graduação a carga horária destinada às atividades de extensão aprovadas pelos colegiados e departamentos.

DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS E ESTUDANTIS

Traça o perfil do aluno e do servidor, visando à identificação de necessidades sócio-econômicas; elabora e divulga informações básicas sobre a UNIFAP para os alunos; apóia a execução de eventos de cunho cultural, científico e esportivo, bem como ações que oportunizem a reflexão sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.

COORDENADORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Assessoria o Pró-Reitor na coordenação geral dos cursos de graduação; estabelece diretrizes gerais para análise e reformulação dos cursos de graduação; orienta e supervisiona os coordenadores de cursos quanto às modificações curriculares; colabora com a elaboração do Catálogo Institucional da UNIFAP; emite parecer técnico sobre a distribuição de carga horária docente nos diversos departamentos de área, para fins de remoção, transferência, mudança de regime de trabalho e abertura de concurso para novos docentes; emite parecer técnico sobre as modificações curriculares; presta informações aos demais órgãos da PROGRAD sobre a situação dos docentes em afastamento para pós-graduação; e define, com

os demais órgãos da PROGRAD, a política de educação continuada e à distância da UNIFAP.

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS

Realiza os processos seletivos e concursos para ingresso na UNIFAP ou em outras instituições; planeja, coordena e acompanha as diversas fases referentes às formas de acesso aos cursos de graduação; e propõe, sempre que necessário alterações à execução dos processos seletivos.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E CONTROLE ACADÊMICO

Elabora, anualmente, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o calendário acadêmico; procede ao registro e o controle acadêmico; analisa e emite parecer sobre solicitação de transferência obrigatória e facultativa e reabertura de matrícula.

DEPARTAMENTO DE INTERIORIZAÇÃO

Promove a interiorização na Universidade; propõe à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a criação de campi avançados; mantém permanente contato com os campi avançados, visando o cumprimento de suas metas.

BIBLIOTECA CENTRAL

Organiza, mantém atualizado e divulga o acervo bibliográfico e de audiovisual sobre assuntos necessários aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UNIFAP; executa serviços bibliográficos e fornece informações destinadas aos docentes, discentes, pesquisadores e corpo técnico-administrativo, contribuindo para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade; desenvolve programas de treinamento de usuários, com vistas a promover a integração entre a biblioteca e a comunidade universitária.

Observação: Atualmente o organograma institucional da UNIFAP não condiz com a realidade descrita, uma vez que muitas das unidades mencionadas não estão em efetivo exercício. Cabe ressaltar que, com a iminente aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional, a estrutura normativa e organizacional será reformulada.

Introdução

A Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, por via do presente relatório, demonstra aos órgãos fiscalizadores e à sociedade, em um ato de transparência, as ações desenvolvidas, os resultados obtidos e as dificuldades enfrentadas no exercício de 2010. Este documento está dividido em duas partes: conteúdos obrigatórios e específicos, conforme as determinações do Tribunal de Contas da União - TCU e da Controladoria Geral da União – CGU, os quais estabelecem normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal.

Os itens da DN TCU Nº. 107/2010, anexo II que não se aplicam à natureza da UNIFAP são os seguintes: “Composição do Quadro de Estagiários”, uma vez que não dispomos de estagiários, mas de bolsa trabalho que é paga por meio de assistência estudantil.

O item “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros”, não é aplicável porque esta IFES não possui sob sua responsabilidade imóveis locados de terceiros. Já os itens “Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ”; “Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida”, “Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física”, “Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica”, “Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária”, “Prestações de Contas de Renúncia de Receitas”, “Comunicações à RFB”, “Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas”, “Declaração”, “Fiscalizações Realizadas pela RFB”, não se aplicam à UJ porque esta não arrecada receitas tributárias.

O Item 4, Parte B, do anexo II da DN Nº. 107, de 27/10/2010, também não se aplica em razão de estar voltado para Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União. Já o Item 1 Parte C, do anexo II da DN TCU Nº. 57, de 27/10/2010 não se aplica porque abrange apenas as unidades vinculadas a Justiça Eleitoral.

O Item 5 Parte C, do Anexo II da DN TCU Nº. 107, de 27/10/2010, não se aplica, em razão de ser oriunda dos Fundos Constitucionais de Financiamento, ao passo que o Item 10 Parte C, do anexo II da DN TCU Nº. 107, de 27/10/2010 não se aplica por se tratar de informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Já o item 12 Parte C, do anexo II da DN TCU Nº 107, de 27/10/2010 não se aplica por ser informações

específicas de empresas públicas, Sociedades de Economia Mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União. O Item 30 Parte C do Anexo II da DN TCU N° 107, de 27/10/2010 não se aplica por se tratar de informações do Instituto Nacional de Seguro Social.

Porém, há itens da DN TCU n°. 107/2010, anexo II que, apesar de se aplicarem à natureza da UNIFAP, não houve ocorrências, a saber: “Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos”, pois o Reconhecimento de Passivos é feito tendo em vista o final do exercício por insuficiência de créditos ou recursos. O item 6 parte A, do anexo II da DN TCU N.º107, de 27/10/2010 não houve ocorrências, pois esta IFES não realiza transferência a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição no exercício em tela.

As principais realizações da gestão no exercício de 2010 foram: o fortalecimento dos cursos já existentes, a partir da melhoria da infraestrutura física e da contratação de pessoal docente e técnico-administrativo e, ainda, oferta de vagas no vestibular 2010 em dois novos cursos de graduação, a saber: Medicina e Ciências Farmacêuticas, que, para a UNIFAP foi um dos grandes desafios, já que a criação dos cursos de saúde mencionados era uma reivindicação frequente da sociedade amapaense e, além disso, há necessidade destes futuros profissionais para atender a demanda social. Na área de pós-graduação podemos destacar a oferta de vagas no curso de Mestrado em Ciências da Saúde.

Outro aspecto relevante no exercício 2010 foi à expansão da UNIFAP para a interiorização através da pactuação do projeto de criação do Campus Binacional do Oiapoque pelo Ministério da Educação. O referido Projeto está orçado no montante total de R\$ 46.728.000,00 (Quarenta e seis milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), que serão aplicados em obras, equipamentos e assistência estudantil. Cabe destacar que, para atender o projeto em tela, há previsão de que até 2014, sejam contratados 117 docentes para os novos cursos e 147 técnico-administrativos, para dar apoio as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da UNIFAP foram: a disponibilidade de créditos orçamentários para atender as despesas de custeio, principalmente serviços de vigilância, limpeza e conservação, bem como consumo de energia elétrica nos Campi, despesas estas que consomem grande parte do orçamento desta IFES, em

aproximadamente 70% (setenta) por cento dos créditos, dificultando desta forma a execução das demais demandas para a manutenção e funcionamento desta UJ. Quanto às descentralizações de crédito, as dificuldades principais foram às liberações ocorridas apenas no segundo semestre do exercício 2010, o que inviabilizou a sua execução na integralidade, tendo em vista os procedimentos legais a serem observados até a fase final do processo de execução dos créditos.

Os planos e projetos concretos para o exercício 2011 conforme o Plano de Reestruturação e Expansão da UNIFAP atinentes ao REUNI são: a criação de novos cursos; ampliação de matrículas; contratação de pessoal técnico-administrativo e docente; investimentos em obras e infra-estruturas e edificações; bolsas de assistência estudantil.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A. 1.1. – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação - MEC		Código SIORG: 1710
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Fundação Universidade Federal do Amapá		
Denominação abreviada: UNIFAP		
Código SIORG: 1710	Código LOA: 26286	Código SIAFI: 154215
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundação		
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão.		Código CNAE: 8531700
Telefones/Fax de contato: (96) 3312-1702	(96) 3312-1703	(96) 3312-1706
Endereço eletrônico: unifap@unifap.br		
Página da Internet: http://www.unifap.br		
Endereço Postal: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02-s/n, Bairro: Jardim Marco Zero-Macapá-AP, CEP: 68.902-280. Telefones: (96) 3312-1700 / 3312-1705 / 3312-1714, FAX: (96) 3312-1754		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Autorizada pela Lei nº. 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo Decreto nº. 98.997, de 02 de março de 1990. - Estatuto nos termos da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterado através da Portaria nº. 1.053, de 12 de julho de 1999;		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Estatuto: Portaria nº. 1.053, de 12 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 14 de julho de 1999.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº. 868/90, de acordo com o Parecer nº. 649/90-SESU, aprovado em 09.08.90 e publicado na Documenta MRC n 35.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
15278	Fundação Universidade Federal do Amapá	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
154215	15278	

Fonte: DEPLAN

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

2.1. Responsabilidades Institucionais

I – Competência Institucional: a UNIFAP tem como centro de sua competência oferecer à sociedade o ensino, indissociável da pesquisa e da extensão. Do mesmo modo, exercer seu papel social, prestando serviços às entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, com foco na promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, sócio econômico e cultural nacional, regional e local.

II – Objetivos Estratégicos: a UNIFAP conta com diversos programas e ações de governo para atender as suas demandas, por meio dos quais são determinadas metas físicas e financeiras que refletem no orçamento institucional. Além disso, contamos também com o Plano de Reestruturação e Expansão das IFES - REUNI, que visa a criação de 10 cursos novos; o alcance da matrícula projetada na graduação de 6.647; aumentar em 615 vagas; expandir 50 vagas nos cursos existentes; duplicar a oferta de 440 vagas nos cursos existentes; a contratação de pessoal técnico e docente, obras e reformas .Ainda nesse sentido, esta IFES está elaborando o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, que será uma ferramenta essencial de planejamento estratégico.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

I – Análise do andamento do plano estratégico da unidade: As diretrizes e as prioridades organizacionais são estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, que foi elaborado no exercício de 2010 e encaminhado para o Conselho Superior desta IFES para análise, parecer e votação. Até o final do referido exercício o PDI não havia sido homologado.

II – Análise do Plano de ação da unidade referente ao exercício de 2010: dentre as ações previstas para o exercício 2010 estavam à implementação das ações previstas no

Plano de Reestruturação e Expansão da UNIFAP atinentes ao REUNI, como concursos públicos para servidores docentes e técnico-administrativos. Ainda referente a este plano, houve a implantação de dois novos cursos, a saber: Medicina (30 vagas) e Ciências Farmacêuticas (50 vagas), totalizando 80 novas vagas. A tecnologia foi outro aspecto que foi utilizado na educação (Moodle), em cursos semipresenciais, através da sólida cooperação com as demais instituições públicas de ensino superior do Estado (federais e estaduais). No campo docente, cabe registrar que dois novos professores estão em processo de pós-doutorado e que 19 (dezenove) docentes estão sendo qualificados em nível de doutorado.

No que se refere à extensão e ações comunitárias houve 04 (quatro) turmas do Cursinho Pré-Vestibular CPV Negros, totalizando 240 alunos beneficiados, superando a meta prevista no REUNI que de 02 (duas) turmas, o que possibilitou ainda o aumento de vagas de monitoria para acadêmicos da UNIFAP. Ainda, em consonância com o REUNI, podemos destacar a implantação do Programa Universidade da Maturidade-UMAP, que tem beneficiado a terceira idade, atendendo inicialmente a um quantitativo de 100 (cem) alunos.

Outros programas também foram implantados como o programa de Inclusão Digital que atende a comunidade acadêmica e a sociedade, sendo ofertadas 70 (setenta) vagas; o curso de idiomas (inglês e francês) ofereceu 80 (oitenta) vagas para os acadêmicos e ainda, o Pró- estudante natação com a oferta de 60 (sessenta) vagas.

Concernentes às obras previstas no REUNI, foram executadas: a manutenção e reforma da rede elétrica do Campus Marco Zero; a construção dos prédios dos laboratórios de esforço físico e de biologia; a 2ª etapa dos laboratórios da área médica no Campus Marco Zero; a complementação do valor para construção do prédio de enfermagem; a construção de um bloco de salas com 02 pavimentos no Campus Marco Zero; a construção do prédio do patrimônio desta IFES e a obra de urbanização do Campus Marco Zero.

Fora concretizada ainda a ampliação do programa de capacitação permanente dos servidores técnico-administrativos e qualificação do corpo docente, atingindo algumas metas do PARFOR.

No campo de extensão, a UNIFAP, através da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias com o intuito de oferecer suporte à permanência dos acadêmicos deu continuidade às ações do Programa de Assistência Estudantil da UNIFAP (Pró-Estudante), à

conta de recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo que no ano de 2010 foram atendidos 1.488 alunos, através da concessão de auxílios para alimentação, transporte, fotocópia. Pode-se destacar ainda, o Programa Bolsa Trabalho Universitária voltado a oportunizar aos acadêmicos a aprendizagem nas unidades administrativas e acadêmicas da UNIFAP, alcançando um quantitativo de 310 bolsas.

Para garantir aos alunos da pós-graduação o desenvolvimento das pesquisas de forma mais eficiente, foram ampliadas as bolsas de demanda social, através da CAPES e CNPQ. Além disso, por meio dos Programas CASADINHO E PROCAD-CAPES foram aprovados projetos que auxiliaram nas demandas dos mestrados e doutorados.

O detalhamento de todas as ações apontadas acima serão colocadas em quadros auto-explicativos.

2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1. – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.					
Objetivos Específicos: Reestruturar a educação superior pública federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino.					
Gerente: Maria Paula Dallari Bucci			Responsável: Seloniel Barroso dos Reis		
Público Alvo: Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES, bem como bolsistas das IES privadas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
42.266.396,00	51.409.396,00	48.263.070,77	40.088.527,19	8.174.543,58	39.876.184,56
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
<p>A dotação inicial para atender a execução do Programa Brasil Universitário representou o montante de R\$ 42.266.396,00 (Quarenta e dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e seis reais). No decorrer do exercício houve uma suplementação no valor de R\$ 9.143.000,00 (Nove milhões, cento e quarenta e três mil reais), totalizando o valor de R\$ 51.409.396,00 (Cinquenta e um milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e noventa e seis reais).</p> <p>As despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 48.263.070,77 (Quarenta e oito milhões, duzentos e sessenta e três mil, setenta reais e setenta e sete centavos), sendo efetivamente pagas cerca de 83% dessas despesas.</p> <p>Ressaltamos que as despesas de pessoal integram o referido programa e</p>					

totalizaram o valor de R\$ 37.227.982,23 (Trinta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), representando cerca de 72% da dotação final destinada a este Programa.

Este programa contempla a maioria das ações que são imprescindíveis para a manutenção e o funcionamento da UJ, e sua execução ocorreu dentro da normalidade, não ocasionando transtornos para esta IFES.

Fontes: DEFIN e SIMEC.

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Objetivos Específicos: Não consta no SIGPLAN e SIMEC					
Gerente: Weslynton Luiz da Silva de Oliveira			Responsável: Seloniel Barroso dos Reis		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.395.694,00	2.547.790,00	2.276.111,42	2.232.072,42	44.039,00	2.232.072,42
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
<p>O Programa Apoio Administrativo teve como dotação inicial o valor de R\$ 1.395.694,00 (Hum milhão, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais), e no decorrer do exercício houve suplementação no valor de R\$ 1.152.096,00 (Hum milhão, cento e cinquenta e dois mil, e noventa e seis reais), totalizando o montante final de R\$ 2.547.790,00 (Dois milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa reais).</p> <p>As despesas empenhadas totalizaram o valor de R\$ 2.276.111,42 (Dois milhões, duzentos e setenta e seis mil cento e onze reais e quarenta e dois centavos), sendo efetivamente liquidados e pagos o valor de R\$ 2.232.072,42 (Dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, setenta e dois reais e quarenta e dois centavos), que representa 98% das despesas deste programa.</p> <p>A execução do programa foi concluída sem apresentar problemas para UJ, conforme os padrões normais.</p>					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.					
Objetivos Específicos: Não consta no SIGPLAN e SIMEC					
Gerente: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha			Responsável: Seloniel Barroso dos Reis		
Público Alvo: Governo					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
248.800,00	248.800,00	247.065,97	214.205,23	32.860,74	214.205,23
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
<p>A dotação inicial do programa foi de R\$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais), com a finalidade dar suporte ao programa de capacitação de servidores desta UJ.</p> <p>As despesas empenhadas totalizam o valor de R\$ 247.065,97 (Duzentos e quarenta e sete mil, sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), sendo liquidado e pago o valor de R\$ 214.205,23 (Duzentos e quatorze mil, duzentos e cinco reais e vinte e três centavos), que representa 87% das despesas.</p> <p>Desta forma observamos que o programa foi executado dentro dos padrões de normalidade.</p>					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes					
Objetivos Específicos: Não consta no SIGPLAN e SIMEC					
Gerente: Não consta no SIGPLAN e SIMEC			Responsável: Seloniel Barroso dos Reis		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
980.725,00	1.450.725,00	1.440.543,95	1.440.543,95	-	1.440.543,95
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
<p>A dotação inicial destinada ao Programa intitulado Previdência de Inativos e Pensionistas da União, para o exercício de 2010, foi de R\$ 980.725,00 (Novecentos e oitenta mil, setecentos e vinte e cinco reais), sendo complementada através de suplementação no valor de R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), finalizando no montante de R\$ 1.450.725,00 (Hum milhão, quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais), com execução na íntegra do valor final.</p>					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1375		Denominação: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade.					
Objetivos Específicos: Formar recursos humanos altamente capacitados e fortalecer as bases científicas, tecnológicas e de inovação do país, com ênfase na redução dos desequilíbrios regionais.					
Gerente: Jorge Almeida Guimarães				Responsável: Adelma das Neves Nunes Barros	
Público Alvo: Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
122.691,00	122.691,00	89.390,20	82.292,20	7.098,00	7.098,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
A dotação para atender ao Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, foi no montante de R\$ 122.691,00 (Cento e vinte e dois mil seiscentos e noventa e um reais). As despesas empenhadas somaram R\$ 89.390,20 (Oitenta e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte centavos), sendo efetivamente liquidados e pagos o valor de R\$ 82.292,20 (Oitenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte centavos), representando 92% da despesa empenhada.					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1448		Denominação: Qualidade na Escola			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade					
Objetivos Específicos: Expandir e melhorar a qualidade da educação básica.					
Gerente: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva			Responsável: Oto João Petry		
Público Alvo: Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
623.811,00	623.811,00	620.931,00	291.197,92	329.733,08	291.197,92
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
Os créditos orçamentários autorizados para execução do Programa Qualidade na Escola totalizaram o valor de R\$ 623.811,00 (Seiscentos e vinte e três mil oitocentos e onze reais). As despesas empenhadas refletem o valor de R\$ 620.931,00 (Seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e um reais), sendo efetivamente liquidadas e pagas o montante de R\$ 291.197,92 (Duzentos e noventa e um mil cento e noventa e sete reais e noventa e dois centavos).					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1061		Denominação: Brasil Escolarizado			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, à distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.					
Objetivos Específicos: Financiamento da Infra-estrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta – UAB, visando implementação e custeio dos cursos à distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.					
Gerente: Adalberto Domingos da Paz			Responsável: Elda Gomes Araújo		
Público Alvo:					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
287.027,00	287.027,00	236.833,45	12.687,50	224.145,95	5.550,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Não temos acesso ao SIGPLAN					
Análise do Resultado Alcançado					
A dotação para atender o Programa Brasil Escolarizado foi de R\$ 287.027,00 (Duzentos e oitenta e sete mil e vinte e sete reais), sendo efetivamente empenhado R\$ 236.833,45 (Duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), e no decorrer do exercício foi pago o valor de R\$ 5.550,00 (Cinco mil, quinhentos e cinquenta reais); ficando em Restos a Pagar Não Processados cerca de 90% do valor empenhado.					
Fontes: DEFIN e SIMEC.					

Análise Crítica

Quanto à análise crítica da execução orçamentária do programa de governo, referente ao contingenciamento no exercício e os eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução do programa inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) esta Instituição não tem competência para realizar tais análises, uma vez que o Gerenciamento do programa é realizado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	364	Brasil Universitário	Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	Atividade	4	Pessoa beneficiada	1264	240	300
12	364	Brasil Universitário	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	Atividade	4	Vaga disponibilizada	205	180	205
12	364	Brasil Universitário	Funcionamento de Cursos de Graduação	Atividade	4	Aluno matriculado	5.705	5.452	6517
12	122	Brasil Universitário	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Operações Especiais	3	-	-	-	-
12	364	Brasil Universitário	Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	Atividade	4	Volume disponibilizado	3.800	880	7000
12	364	Brasil Universitário	REUNI-Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Projeto	4	Vaga disponibilizada	205	180	330
12	364	Brasil Universitário	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior	Projeto	4	Unidade modernizada	2	0	-

12	365	Brasil Universitário	Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	Projeto	4	Aluno assistido	4155	1.488	4231
12	306	Apoio Administrativo	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Atividade	3	Servidor beneficiado	386	503	442
12	331	Apoio Administrativo	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Atividade	3	Servidor beneficiado	66	226	95
12	365	Apoio Administrativo	Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados	Atividade	3	Criança atendida	64	64	145
12	301	Apoio Administrativo	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes	Atividade	3	Servidor beneficiado	681	381	432
12	364	Apoio Administrativo	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	Atividade	4	Aluno matriculado	310	295	310
12	128	Gestão da Política de Educação	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Atividade	4	Servidor capacitado	120	922	238
12	272	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	Operações Especiais	3	Pessoa beneficiada	26	38	44
12	301	Apoio Administrativo	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Atividade		Servidor Beneficiado	225	0	225
12	571	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	Atividade		Unidade	3	1	310
12	364	Brasil Universitário	Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Ensino	Atividade		Unidade	1	0	-

			Superior						
12	128	Qualidade na Escola	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	Atividade		Unidade	1370	838	-
12	364	Brasil Universitário	Expansão do Ensino Superior - Campus de Mazação	Projeto		Unidade	1	0	-
12	128	Brasil Escolarizado	Formação Inicial e Continuada a Distância	Atividade		Unidade	300	292	300
12	364	Brasil Universitário	Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Implantação do Hospital Universitário - No Estado do Amapá)	Projeto		Unidade	1	0	-
12	364	Brasil Universitário	Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Ferreira Gomes)	Projeto		Unidade	1	0	-
12	364	Brasil Universitário	Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Serra do Navio)	Projeto		Unidade	1	1	-

Fonte: DEPLAN

ANÁLISE CRÍTICA DAS AÇÕES

Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

Esta ação recebeu uma dotação inicial no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais), deste montante, R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) foram provenientes de Emenda Parlamentar Individual destinado a UMAP – Universidade da Maturidade do Amapá, e o valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) foram consignados na dotação orçamentária destinados ao Ministério da Educação via Orçamento Geral da União-OGU, destinados a atender necessidades do Programa de Monitora do curso pré-vestibular para negros.

Dos recursos destinados a UMAP, foram efetivamente empenhados, para aplicação em custeio, o valor de R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais), para atender execução do programa de extensão universitária que visa disponibilizar ações educacionais, culturais e sociais em atenção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O programa terá duração de 15 (quinze) meses, subdivididos em 03 (três) períodos consecutivos, nos quais serão ofertadas disciplinas e oficinas que visem inclusão, qualificação e aperfeiçoamento do saber idoso, bem como práticas para consciência corporal, desenvolvimento pessoal e social.

No desenvolvimento dos demais projetos de extensão o montante total executado foi de R\$ 109.200,00 (Cento e nove mil e duzentos reais). Entre os projetos destacamos o Curso Pré-Vestibular para Negros e Pessoas Economicamente Carentes, executado por esta IFES desde 2002.

Desta forma a ação de Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária finalizou com montante executado de R\$ 206.200,00 (Duzentos e seis mil e duzentos reais), representado 98% da dotação inicial.

No atinente a meta física, houve um equívoco tanto no lançamento da quantidade como no monitoramento mensal no SIMEC, pois a meta prevista era de 264 conforme consta no Relatório de Gestão 2009 e não o total de 1264 de pessoas beneficiadas. Informamos ainda que, com a implantação da Universidade da Maturidade – UMAP em 2010, a meta realizada seria de 340, sendo 240 beneficiados do CPV negros e 100 alunos da UMAP, ou seja, apenas o primeiro programa mencionado foi considerado no preenchimento mensal no SIMEC.

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI

Foi destinada para esta ação a dotação orçamentária no montante de R\$ 1.526.533,00 (Hum milhão, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e trinta e três reais) para fazer face às despesas de custeio, visando à manutenção e o funcionamento da UJ.

As despesas de vigilância, limpeza e conservação do exercício de 2010 também foram custeadas parcialmente por esta ação, totalizando o valor de R\$ 1.044.394,55 (Hum milhão, quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

O referido crédito custeou despesas como material de consumo, passagem aérea, bem como outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, despesas estas que totalizaram o valor de R\$ 482.138,45 (Quatrocentos e oitenta e dois mil, cento e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos), concluindo com 100% de execução dos recursos.

A meta física prevista foi de 205 vagas disponibilizadas, sendo cumpridas 80, tendo em vista que não foram implantados os cursos de engenharia ambiental, ciências cartográficas e as 50 vagas da reestruturação. Apesar dessa realidade já foram cumpridas 190 vagas das 335 previstas no REUNI.

Funcionamento de Cursos de Graduação

A dotação inicial para esta ação totalizou o valor de R\$ 26.784.199,00 (Vinte e seis milhões setecentos e oitenta e quatro mil cento e noventa e nove reais); houve suplementação no valor de R\$ 7.671.000,00 (Sete milhões, seiscentos e setenta e um mil reais), finalizando no valor de R\$ 34.455.199,00 (Trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e nove reais).

Esta ação absorve as despesas de pessoal ativo do quadro funcional desta IFES, que totalizou R\$ 27.661.189,23 (Vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e um mil, cento e oitenta e nove reais e vinte e três centavos), representando 80% do crédito concedido a esta ação.

A ação de Funcionamento de Cursos de Graduação engloba o maior volume de despesas da UJ. O volume maior de gastos através de despesas empenhadas configurou: diárias R\$ 484.289,76 (Quatrocentos e oitenta e quatro mil duzentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos); despesas com locomoção R\$ 161.798,89 (Cento e sessenta e um mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos); manutenção de veículos no valor de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais); serviços de energia elétrica no valor de R\$ 705.600,00 (Setecentos e cinco mil e seiscentos reais), de água e esgoto no valor de R\$ 61.837,20 (Sessenta e um mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos); serviços de telefonia fixa R\$ 205.500,00 (Duzentos e cinco mil e quinhentos reais), serviços de vigilância ostensiva R\$ 338.616,36 (Trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos); serviço de limpeza e conservação R\$ 248.548,89 (Duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos); serviços de fotocópia e reprodução de documentos R\$ 31.897,47 (Trinta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos); serviço de telefonia móvel R\$ 17.569,21 (Dezessete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos); serviço de manutenção predial R\$ 78.325,00 (Setenta e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais); dentre outras despesas como: obrigações tributárias (PASEP sobre folha de pessoal), auxílios financeiros aos estudantes, material de consumo, de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos e outros serviços de terceiros de pessoa jurídica, também foram financiadas por esta ação. Buscamos, dentro dos limites orçamentários, contratar e adquirir bens e serviços com os menores e melhores preços de mercado.

A meta física prevista foi de 5.705 alunos matriculados, sendo realizado 5.452, que corresponde a 96%.

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

A dotação orçamentária inicial nesta ação comportou o valor de R\$ 4.190.262,00 (Quatro milhões, cento e noventa mil, duzentos e sessenta e dois reais). Houve suplementação na ordem de R\$ 1.472.000,00 (Hum milhão, quatrocentos e setenta e dois mil reais), o que totalizou o montante final de R\$ 5.662.262,00 (Cinco milhões seiscentos e sessenta e dois mil duzentos e sessenta e dois reais).

A despesa efetivamente liquidada e paga foi de R\$ 5.618.401,06 (Cinco milhões, seiscentos e dezoito mil, quatrocentos e um reais e seis centavos) restando um saldo no crédito disponível de R\$ 43.860,94 (Quarenta e três mil oitocentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos).

Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Esta ação absorveu as despesas com aquisição de acervo bibliográfico, destinado a Biblioteca Central, visando atender a demanda dos 19 (dezenove) cursos de graduação ofertados por esta IFES. A dotação autorizada foi de R\$ 472.118,00 (Quatrocentos e setenta e dois mil cento e dezoito reais).

A despesa empenhada foi de R\$ 319.186,74 (Trezentos e dezenove mil cento e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos); sendo efetivamente paga o valor de R\$ 45.461,30 (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e trinta centavos), o que representa apenas 14% do valor empenhada, tendo em vista que o processo licitatório foi concluído em meados de outubro de 2010, sendo empenhados no final do exercício.

O acervo foi adquirido, obedecendo a procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico nº 15/2010.

A meta física era de 3.800 volumes disponibilizados, sendo adquiridos 880, que corresponde a 23% da meta prevista, tendo em vista que os empenhos ocorreram apenas no final do exercício 2010, portanto, os volumes serão disponibilizados no exercício de 2011.

REUNI – Readequação da Infra-Estrutura da Fundação Universidade Federal do Amapá

Foi destinada para esta ação a dotação orçamentária no montante de R\$ 4.070.513,00 (Quatro milhões setenta e sete mil quinhentos e treze reais).

Dos recursos disponibilizados nessa ação foi empenhado o montante de R\$ 4.067.513,00 (Quatro milhões, sessenta e sete mil e quinhentos e treze reais), que representa praticamente 100% dos créditos.

Tais recursos foram aplicados na implantação de infra estrutura básica e aquisição de equipamentos para a implantação de novos cursos e reestruturação dos demais, sendo R\$ 161.474,91 (Cento e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos) com aquisição de material permanente, e R\$ 3.906.038,09 (Três milhões, novecentos e seis mil, trinta e oito reais e nove centavos) referente à contratação das obras abaixo especificadas:

- **Atender ao Termo Aditivo – Manutenção e Reforma da Rede Elétrica do Campus Marco Zero**
- Tomada de Preço nº 03/2009
- Favorecido: ENEC Engenharia de Eletricidade e Construção
- Valor: R\$ 62.733,60
- Contrato nº 23/2009
- Processo nº 23125.004071/2008-36
- Vigência 22/12/2009 a 17/10/2010.

- **Construção dos Prédios dos Laboratórios de Esforço Físico e de Biologia**
- Tomada de Preço nº 01/2010
- Favorecido: Edifica Engenharia Ltda
- Valor: R\$ 407.080,47
- Contrato nº 10/2010
- Processo nº 23125.001419/2010-58
- Vigência 23/09/2010 a 21/04/2011

- **2ª Etapa dos Laboratórios da Área Médica no Campus Marco Zero**

- Tomada de Preço nº 10/2008
- Favorecido: Vale Verde Construções Comércio e Serviços Ltda
- Valor: R\$ 347.735,97
- Contrato nº 05/2009 – Terceiro Termo Aditivo
- Processo nº 23125.003749/2008-63
- Vigência: 15/01/2009 a 09/11/2010

- **Complementação do valor para Construção do Prédio de Enfermagem**

- Tomada de Preço nº 20/2008
- Favorecido: Meridional Construções e Comércio Ltda
- Valor: R\$ 49.658,52
- Contrato nº 16/2010
- Processo nº 23125.004062/2008-45
- Vigência 18/10/2010 a 22/09/2011

- **Construção de um Bloco de Salas com 02 pavimentos no Campus Marco Zero**

- Concorrência nº 001/2010
- Favorecido: Edifica Engenharia Ltda
- Valor: R\$ 1.679.440,96
- Contrato nº 02/2011
- Processo nº 23125.001766/2010-81
- Vigência 21/01/2011 a 21/01/2011

- **Construção do Prédio do Patrimônio desta IFES**
- Tomada de Preço nº 19/2008
- Favorecido: Duarte & Duarte Ltda
- Valor: R\$ 625.040,62
- Contrato nº 06/2011
- Processo nº 23125.000406/2008-09
- Vigência 17/01/2011 a 17/05/2011

- **Obra de Urbanização do Campus Marco Zero**
- Tomada de Preço nº 21/2008
- Favorecido: Meridional Construções e Comércio Ltda
- Valor empenhado recurso ação: R\$ 734.347,95
- Valor do contrato R\$1.491.000,00
- Contrato nº 05/2011
- Processo nº 23125.004066/2008-23
- Vigência 24/02/2011 a 21/10/2011

A meta física prevista foi de 205 vagas disponibilizadas, sendo cumpridas 80, tendo em vista que não foram implantados os cursos de engenharia ambiental e ciências cartográficas, nem tampouco, as 50 vagas da reestruturação. Apesar desse quadro, com a implantação do REUNI já foram implantadas 190 vagas.

Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior

O recurso disponibilizado nessa ação foi oriundo de emenda parlamentar no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais) e tais recursos foram aplicados na construção de 02 (duas) salas de aulas e reforma/ampliação do bloco “A” do Campus de Amapá, no valor de R\$ 418.608,87 (Quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e oito reais e oitenta e sete centavos), restando um saldo no valor de R\$ 281.391,13 (Duzentos e oitenta e um mil, trezentos e noventa e um reais e treze centavos), que foi aplicado na Construção do Prédio do Laboratório de Arqueologia – Campus Marco Zero, que totalizou o valor de R\$ 276.287,55 (Duzentos e setenta e seis mil duzentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

- **Construção de 02 (duas) salas de aulas e reforma/aplicação do bloco “A” do Campus Amapá.**
- Tomada de Preço nº 05/2010
- Favorecido: Vale Verde Construções Comércio e Serviços Ltda
- Valor: R\$ 418.608,87
- Contrato nº 004/2011
- Processo nº 23125.003450/2010-23
- Vigência: 18/01/2011 a 19/07/2011

- **Construção do Laboratório de Arqueologia – Campus Macapá**
- Tomada de Preço nº 13/2008
- Favorecido: Di Miceli Construção Ltda
- Valor R\$ 276.287,55
- Contrato nº
- Processo nº 23125.003837/2008-65
- Vigência

Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação

Foi destinada para esta ação a dotação orçamentária no montante de R\$ 1.532.771,00 (Hum milhão, quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais), dos quais o valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) foi oriundo de emenda parlamentar, sendo que R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) foi aplicado em despesas correntes e R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) em investimentos.

Esta ação tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, sendo executadas através dos projetos Pró-Estudante: Alimentação, Transporte, Fotocópias, Cinegrafia, Idiomas, Inclusão Digital, Látex, Monografia, Natação e Cultura.

As despesas de custeio empenhadas somaram R\$ 1.482.771,00 (Hum milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e um reais), e de capital R\$ 27.856,00 (Vinte e sete mil oitocentos e cinquenta e seis reais).

Nesta ação as despesas que figuraram com maior volume de aplicação de recursos foram: Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 1.154.161,01 (Hum milhão, cento e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e um reais e um centavo), que representa 78% da despesa efetivamente empenhada; e Auxílio Pesquisador R\$ 128.450,00 (Cento e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta reais).

Desta forma, a ação apresentou um saldo de R\$ 21.144,00 (Vinte e um mil cento e quarenta e quatro reais) referente ao crédito de capital, portanto, sua execução representou 99% da dotação total.

A meta física prevista foi de 4155 alunos, porém, houve equívoco quanto à inserção da variável, que, ao invés de ser adotada a quantidade de “alunos assistidos” foi considerada a quantidade de “benefícios concedidos pelo programa pró-estudante, sendo beneficiados 1488 alunos, o que justifica o reduzido percentual de eficácia de 36% da meta prevista.

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Foi destinado para esta ação o valor inicial de R\$ 617.609,00 (Seiscentos e dezessete mil, seiscentos e nove reais), havendo uma suplementação na ordem de R\$ 1.052.180,00 (Hum milhão, cinqüenta e dois mil cento e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 1.669.789,00 (Hum milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais).

O valor efetivamente liquidado e pago totalizou o valor de R\$ 1.642.872,15 (Hum milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e quinze centavos), que representa 98% da dotação liberada para esta ação.

A meta física prevista de 386 foi lançada de maneira equivocada, tendo em vista que em dezembro de 2009 já tinham 433 servidores beneficiados. Em decorrência da contratação de novos docentes e técnicos administrativos a meta física alcançada em 2010 foi 503 servidores o que correspondente a 130% do previsto.

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

A ação contou com aporte orçamentário inicial no valor de R\$ 97.897,00 (Noventa e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais), havendo uma suplementação na ordem de R\$ 97.550,00 (Noventa e sete mil, quinhentos e cinqüenta reais), totalizando o valor de R\$ 195.447,00 (Cento e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais).

A execução total da despesa correspondeu ao montante de R\$ 176.475,00 (Cento setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), representando 90% do crédito liberado.

O percentual de execução da meta física representou 342% em virtude de dados inconsistentes no cadastro da meta física no SIMEC, tendo em vista que, em dezembro de 2009 haviam 220 servidores beneficiados, valor esse superior ao previsto, que foi de 66 servidores.

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

As despesas com assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores desta IFES foram autorizadas no valor inicial de R\$ 44.400,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), havendo uma suplementação de R\$ 8.618,00 (Oito mil, seiscentos e dezoito reais), totalizando R\$ 53.018,00 (Cinquenta e três mil e dezoito reais) sendo executado R\$ 50.047,80 (Cinquenta mil, quarenta e sete reais e oitenta centavos), correspondente a 94% do valor previsto. Cabe ressaltar que as informações referentes aos dados financeiros no Sistema SIMEC - Módulo monitoramento estão divergentes dos relatórios extraídos pelo sistema SIMEC - Módulo Gestão Orçamentária e Sistema SIAFI.

A meta física prevista e a quantidade de crianças beneficiadas foi de 64 atingindo um percentual de 100%.

Assistência Médica e Odontológica

A dotação orçamentária inicial desta ação foi de R\$ 588.570,00 (Quinhentos e oitenta e oito mil quinhentos e setenta reais). A execução da despesa efetivamente paga foi no montante de R\$ 364.637,57 (Trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), representando 62% do previsto.

A meta física prevista de 681 entre servidores e dependentes foi superestimada, tendo em vista que em dezembro de 2009 haviam 246 pessoas beneficiadas, já em 2010 foram atendidos um total de 381 beneficiados, alcançando apenas 56% da meta prevista.

Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

A dotação orçamentária inicial desta ação foi de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais). A execução da despesa empenhada totalizou o valor de R\$ 89.390,20 (Oitenta e nove mil, trezentos e noventa reais e vinte centavos), representando 85% do previsto.

Dentre as despesas executadas, a que gerou maior volume de recurso foi o Auxílio Financeiro a Estudante vinculado ao Programa **PROBIC**, que totalizou o valor de R\$ 77.110,00 (Setenta e sete mil cento e dez reais). Cabe ressaltar que as informações

referentes aos dados financeiros no Sistema SIMEC - Módulo Monitoramento estão divergentes dos relatórios extraídos pelo sistema SIMEC - Módulo Gestão Orçamentária e Sistema SIAFI.

A meta física prevista foi de 310 alunos matriculados, porém foram matriculados 295 alunos, alcançando um percentual de 95%.

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Esse recurso foi programado para atender as determinações estabelecidas na Lei nº 11.091/2005-PCCTAE, viabilizando a realização do Programa de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, e concomitantemente, atender as demandas do curso de especialização em gestão pública. Cabe destacar que a dotação orçamentária inicial foi na ordem de R\$ 248.800,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais), sendo executado o valor de R\$ 247.065,97 (Duzentos e quarenta e sete mil, sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos), que representa 99% do previsto.

A execução desta ação concentrou o maior volume de recursos empenhados, nas seguintes despesas: Serviços de Seleção e Treinamento (Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos) R\$ 107.258,10 (Cento e sete mil duzentos e cinquenta e oito reais e dez centavos); Diárias, incluindo Colaborador Eventual, R\$ 56.265,97 (Cinquenta e seis mil duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos); Deslocamento e Locomoção R\$ 37.881,90 (Trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos), entre outras despesas como: serviços de terceiros – Pessoa Jurídica e Patronal do INSS referente às despesas com serviços de terceiros - Pessoa Física, que totalizaram o valor de R\$ 45.660,00 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais).

A meta física prevista para o exercício de 2010 foi de 120 servidores capacitados e realizados 922. Isso não condiz com a nossa realidade, tendo em vista que não observou-se que a meta é cumulativa, pois o número de 922 não reflete o número de servidores capacitados, mas sim o total geral de participações nos eventos de capacitação.

Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

O crédito inicial para pagamento de proventos de aposentadoria e pensionistas foi de R\$ 980.725,00 (Novecentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte e cinco reais), ocorrendo uma suplementação no valor de R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 1.450.725,00 (Hum milhão, quatrocentos e cinqüenta mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Quanto à execução foi efetivamente liquidado e pago o valor de R\$ 1.440.543,95 (Hum Milhão, quatrocentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), que representa 99% da dotação disponibilizada para esta ação, sendo suficiente para garantir o pagamento dos servidores civis e pensionistas desta IFES.

Houve um equívoco no lançamento desta na proposta orçamentária, considerando que no mês de dezembro do exercício anterior já haviam 32 pessoas beneficiadas com a ação, gerando desacordo com a realidade institucional. Ressaltamos ainda, que a diferença existente entre o total de aposentadorias e pensões no sistema **SIAPE** (37) e no **SIMEC** (38), é devido ao lançamento equivocado no SIMEC de aposentadoria não cadastrada no SIAPE pela situação funcional do servidor incompatível com a aposentadoria.

Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

A dotação autorizada foi no valor de R\$ 40.574,00 (Quarenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais), não tendo sido executado nenhuma despesa desta ação.

Em 2010 foi feito o levantamento e o estudo do perfil dos servidores por faixa etária e gênero, para que, através de convênio com a operadora GEAP conveniada com a instituição fossem executados os exames requeridos, mesmo a aqueles que não fazem parte do plano GEAP.

A meta física não foi executada, ou seja não teve servidor beneficiado, porque houve paralisação das atividades tendo em vista a implantação das unidades SIASS, conforme informações do GEAP.

Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados

A dotação autorizada para execução desta ação foi no montante de R\$ 17.691,00 (dezesete mil, seiscentos e noventa e um reais), porém não houve nenhuma execução.

A meta física prevista era de 3 unidades de pesquisa publicada, referente a estudos, análises, diagnósticos, resultante de pesquisas, porém não foi realizada em decorrência da morosidade na definição dos arquivos a serem publicados, da pesquisa de preços junto às gráficas para que fossem atendidos os procedimentos legais que deveriam ter sido observados até a fase final do processo de execução dos créditos.

Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Ensino Superior

Esta ação foi contemplada através de Emenda Parlamentar para atender ao curso de geografia no montante de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), sendo licitado através do Pregão Eletrônico nº.44/2010-UNIFAP (Processo nº. 23125.001401/2010-56), vencendo o referido certame a Empresa Marcopolo SA.

A execução da referida ação não foi possível tendo em vista que o valor adjudicado para aquisição do veículo foi de R\$ 365.980,00 (Trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais), valor este que seria complementado com recursos orçamentário desta UJ, porém não houve liberação de cota de limite orçamentário, e, em virtude dessa situação, a meta física não foi executada.

Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica

A dotação autorizada para atender esta ação foi no montante de R\$ 623.811,00 (Seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e onze reais), sendo efetivamente empenhado o valor de R\$ 620.931,00 (Seiscentos e vinte mil, novecentos e trinta e um reais), que representa 99,5% da dotação liberada.

Para gerenciar parte deste recurso, foi celebrado Contrato nº 017/2010, com a Fundação Marco Zero, com vigência de 02/12/2010 a 02/10/2011, no valor de R\$ 529.733,08 (Quinhentos e vinte e nove mil setecentos e trinta e três reais e oito centavos)

A meta física prevista foi de 1.370 profissionais beneficiados, sendo executado o total de 838, representando 61% de execução.

Expansão do Ensino Superior - Campus de Mazagão

A dotação orçamentária liberada para atender esta ação foi proveniente de recursos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), havendo a liberação deste em sua integralidade para ser aplicado na construção de um bloco administrativo no campus do Município de Mazagão no valor de R\$ 169.989,79 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), restando um saldo correspondente a R\$ 30.010,21 (Trinta mil, dez reais e vinte e um centavos), que foi remanejado para complementar os recursos para a execução da obra de urbanização do campus Marco Zero. A meta física foi cumprida em sua integralidade.

- **Construção de um Bloco Administrativo no campus do Município de Mazagão**
- Tomada de Preço nº 02/2010
- Favorecido: Ágape Construções Ltda - EPP
- Valor: R\$ 169.989,79
- Contrato nº 001/2011
- Processo nº 23125.003365/2010-39
- Vigência: 2801/2011 a 28/07/2011

Formação Inicial e Continuada a Distância

A dotação autorizada para atender esta ação foi no montante de R\$ 287.027,00 (Duzentos e oitenta e sete mil e vinte e sete reais), sendo executado o valor empenhado na ordem de R\$ 236.833,45 (Duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), que representa 83% dos recursos liberados.

As despesas que utilizaram um volume maior foram: Serviços de Terceiro Pessoa Física, para atender a seleção feita através de edital, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais); Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica R\$ 141.313,00 (Cento e quarenta e um mil trezentos e trinta e um reais); Material de Consumo R\$ 10.231,38 (Dez mil duzentos e trinta e um reais e trinta e oito centavos). A meta física prevista foi de 300 alunos matriculados, sendo cumpridos um total de 292 nos cursos de graduação em matemática e educação física nos polos do Marco Zero, Santana e Vitória do Jarí.

Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Implantação do Hospital Universitário - No Estado do Amapá)

A dotação orçamentária liberada para atender esta ação é proveniente de recursos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), sendo liberado o valor em sua integralidade para a construção do Prédio de Enfermagem no valor de R\$ 1.049.658,52 (Hum milhão, quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), sendo utilizado o valor da emenda e complementado com recurso do REUNI, sendo cumprida integralmente a meta física.

- **Construção do Prédio da Enfermagem**
- Tomada de Preço nº 20/2008
- Favorecido: Meridional Construções e Comércio Ltda
- Valor aplicado: R\$ 1.000.000,00
- Contrato nº 016/2010
- Valor R\$ 1.049.658,52
- Processo nº 23125.004062/2008-45
- Vigência 18/10/2010 a 22/09/2011

Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Ferreira Gomes)

A dotação orçamentária liberada para atender esta ação foi proveniente de recursos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), destinada a obras da UNIFAP no município de Ferreira Gomes, porém, como não temos projetos nem campus em tal município, o gestor máximo da UNIFAP solicitou ao parlamentar a troca da destinação dos recursos para ser aplicado nas ações emergenciais do Campus Marco Zero, o qual autorizou o procedimento.

Os recursos foram aplicados para a execução da obra de urbanização do Campus Marco Zero no valor de R\$ 403.470,86 (Quatrocentos e três mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e seis centavos), restando um saldo de R\$ 96.529,14 (Noventa e seis mil quinhentos e vinte e nove reais e quatorze centavos), representando 81% do crédito liberado. A meta física foi concluída em sua integralidade.

- **Obra de Urbanização do Campus Marco Zero**
- Tomada de Preço nº 21/2008
- Favorecido: Meridional Construções e Comércio Ltda
- **Valor empenhado recurso ação: R\$ 403.470,86**
- Valor do contrato R\$1.491.000,00
- Contrato nº 05/2011
- Processo nº. 23125.004066/2008-23
- Vigência 24/02/2011 a 21/10/2011

Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior (Serra do Navio)

A dotação orçamentária liberada para atender esta ação foi proveniente de recursos de Emenda Parlamentar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), destinada a obras da UNIFAP no município de Serra do Navio. Como não temos projetos nem campus no município em tela, o gestor máximo da UNIFAP solicitou ao parlamentar a troca da destinação dos recursos para ser aplicado nas ações emergenciais do Campus Marco Zero, o qual autorizou o procedimento.

Os recursos foram aplicados para a execução da obra de urbanização do Campus Marco Zero na ordem de R\$ 481.829,02 (Quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e vinte e nove reais e dois centavos); complementação para conclusão do Prédio do Restaurante Universitário do Campus Marco Zero, no valor de R\$ 318.170,98 (Trezentos e dezoito mil, cento e setenta reais e noventa e oito centavos).A meta física foi concluída em sua integralidade.

Na execução foram efetuadas as seguintes contratações, através de processo licitatório:

- **Obra de conclusão do Prédio do Restaurante Universitário**
- Tomada de Preço nº 04/2010
- Favorecido: Edifica Engenharia Ltda
- Valor: R\$ 481.829,02
- Contrato nº 003/2011
- Processo nº 23125.003585/2010-99
- Vigência: 21/01/2011 a 18/09/2011

- **Obra de Urbanização do Campus Marco Zero**
- Tomada de Preço nº 21/2008
- Favorecido: Meridional Construções e Comércio Ltda
- **Valor empenhado recurso ação: R\$ 318.170,98**
- Valor do contrato R\$1.491.000,00
- Contrato nº 05/2011
- Processo nº. 23125.004066/2008-23
- Vigência 24/02/2011 a 21/10/2011

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Universidade Federal do Amapá	26286	154215

Fonte: DEPLAN

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes Quadro
Quadro A.2.4. – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos		Grupos de Despesas Correntes						
		1. Pessoal e Encargos Sociais		2. Juros e Encargos da Dívida		3. Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
Orçamentários								
LOA	Dotação proposta pela UO	R\$ 18.539.602,00	R\$ 26.268.261,00	R\$	R\$ -	R\$ 8.422.195,00	R\$ 11.259.252,00	
	PLOA	R\$ 18.539.602,00	R\$ 26.268.261,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.422.195,00	R\$ 11.259.252,00	
	LOA	R\$ 18.539.602,00	R\$ 26.268.261,00	R\$	R\$ -	R\$ 10.360.242,00	R\$ 11.609.252,00	
CRÉDITOS	Suplementares	R\$ 9.328.212,00	R\$ 9.442.000,00	R\$	R\$ -	R\$ 2.043.047,00	R\$ 1.152.096,00	
	Especiais	Abertos	R\$	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ 10.000,00	R\$-
		Reabertos	R\$	R\$	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$-
	Extraordinários	Abertos	R\$	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$	R\$	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outras Operações		R\$	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 27.867.814,00	R\$ 35.710.261,00	R\$	R\$	R\$ 12.413.289,00	R\$ 12.761.348,00	
Fonte: SIAFI GERENCIAL								

2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5. – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos		Grupos de Despesas de Capital						
		4. Investimentos		5. Inversões Financeiras		6. Amortização da Dívida		
Orçamentários		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	R\$ 1.529.884,00	R\$ 4.517.631,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	PLOA	R\$ 1.529.884,00	R\$ 4.517.631,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	LOA	R\$ 1.529.884,00	R\$ 8.047.631,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
CRÉDITOS	Suplementares	R\$ 62.661,00	R\$ 171.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	Especiais	Abertos	R\$ 379.262,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Extraordinários	Abertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Operações		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
TOTAL		R\$ 5.033.584,00	R\$ 17.255.903,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.6. – Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9. Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	R\$ 8.422.195,00	R\$ 11.259.252,00	R\$ 1.529.884,00	R\$ 4.517.631,00	R\$ -	R\$ -	
	PLOA	R\$ 8.422.195,00	R\$ 11.259.252,00	R\$ 1.529.884,00	R\$ 4.517.631,00	R\$ -	R\$ -	
	LOA	R\$ 8.422.195,00	R\$ 11.609.252,00	R\$ 1.529.884,00	R\$ 8.047.631,00	R\$ -	R\$ -	
CRÉDITOS	Suplementares	R\$ 2.043.047,00	R\$ 1.152.096,00	R\$ 62.661,00	R\$ 171.000,00	R\$ -	R\$ -	
	Especiais	Abertos	R\$ 10.000,00	R\$ -	R\$ 379.262,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Extraordinários	Abertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		Reabertos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Outras Operações	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAL		R\$ 27.321.641,00	R\$ 35.281.862,00	R\$ 5.033.584,00	R\$ 17.255.903,00	R\$ -	R\$ -	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

ANÁLISE CRÍTICA

A dotação inicial concedida a UJ para custear despesas correntes foi no montante de R\$ 11.609.252,00 (Onze milhões, seiscentos e nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Entretanto, durante o exercício de 2010, a UJ foi contemplada com dotação suplementar no valor de R\$ 1.152.096,00 (Hum milhão, cento e cinquenta e dois mil, e noventa e seis reais), aplicado no Programa de Apoio Administrativo, totalizando o valor de R\$ 12.761.348,00 (Doze milhões, setecentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais), possibilitando a execução do custeio referente ao funcionamento da IFES, bem como a implementação e o fortalecimentos de diversas ações executadas pela Instituição.

Com relação aos créditos relativos às despesas com pessoal e encargos sociais, a dotação inicial aprovada, foi de R\$ 26.268.261,00 (Vinte e seis milhões, duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e um reais). Ressaltamos que no decorrer do exercício de 2010, e virtude do ingresso de novos servidores técnicos e docentes, foi liberada dotação suplementar no valor de R\$ 9.442.000,00 (Nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais), totalizando o valor de R\$ 35.710.261,00 (Trinta e cinco milhões, setecentos e dez mil, duzentos e sessenta e um reais).

A dotação orçamentária inicial para atender despesas de capital foi no montante de R\$ 8.047.631,00 (Oito milhões, quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e um reais), sofrendo

alteração em decorrência de suplementação no valor de R\$ 171.000,00 (Cento e setenta e um mil reais), totalizando o valor de R\$ 8.218.361,00 (Oito milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e um reais).

Observamos que, em relação ao exercício anterior houve um acréscimo relevante no volume de recursos para despesas com investimentos, evento este que se deve ao fato da liberação de complemento referente ao REUNI, no valor de R\$ 2.414.263,00 (Dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e três reais), bem como o montante de R\$ 3.880.000,00 (Três milhões, oitocentos e oitenta mil reais), em Emendas Parlamentar.

2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1. Pessoal e Enc. Sociais	2. Juros e Encargos da Dívida	3. Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Interna	Recebidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Movimentação Externa	Concedidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Recebidos	154003	12128106184290001	R\$ -	R\$ -	R\$ 120.850,00
	Recebidos	154003	12364137504870001	R\$ -	R\$ -	R\$ 86.916,52
	Recebidos	153173	12128106184290001	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.406,10
	Recebidos	153173	12128144863330001	R\$ -	R\$ -	R\$ 57.474,90
	Recebidos	153173	12361137787500001	R\$ -	R\$ -	R\$ 70.484,70
	Recebidos	153173	12362137787410001	R\$ -	R\$ -	R\$ 169.570,41
	Recebidos	153173	12422137787510001	R\$ -	R\$ -	R\$ 938.321,46
	Recebidos	257001	10364143686280001	R\$ -	R\$ -	R\$ 400.000,00
	Recebidos	180002	27812125024260001	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.426,00
	Recebidos	150014	12122106722720001	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.210,17
	Recebidos	150014	12366106085260001	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.870,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4. Investimentos	5. Inversões Financeiras	6. Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Recebidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Movimentação Externa	Concedidos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	Recebidos	154003	12128106184290001	R\$ 256.141,76	R\$ -	R\$ -
	Recebidos	154003	12571137540190001	R\$ 150.000,00	R\$ -	R\$ -
	Recebidos	153173	12128106184290001	R\$ 120.748,28	R\$ -	R\$ -
Recebidos	180002	27812125024260001	R\$ 4.615,00	R\$ -	R\$ -	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

ANÁLISE CRÍTICA

No decorrer do exercício de 2010 esta UJ recebeu através de descentralização externa (Destaque), do FNDE, CAPES, FNDCT, Ministério da Saúde, SESU, Ministério dos Esportes, recursos destinados à execução de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, que totalizou um montante de R\$ 2.398.035,30 (Dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trinta e cinco reais e trinta centavos). Desse valor cerca de 78% foi destinado a atender despesas correntes, e os 22% restante foram aplicados em investimentos.

As descentralizações começaram a ser liberadas a partir de maio/10, sendo que o volume maior somente foi recebido pela UJ, no segundo semestre, dificultando a execução dos mesmos, pois grande parte era destinada a aquisição de equipamentos e materiais, despesas que precisam obrigatoriamente ser licitadas. Desta forma, em virtude do prazo para encerramento do exercício, os créditos não empenhados foram devolvidos ou recolhidos pela Unidade Descentralizadora.

Ressaltamos que a única dificuldade para execução dos créditos recebidos através de descentralizações externa é quanto ao período em que acontecem as liberações, quase sempre no segundo semestre, período em que normalmente as demandas tendem a aumentar na execução do orçamento desta IFES.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	R\$ 3.189.337,49	R\$ 3.063.121,73	R\$ 2.927.016,09	R\$ 2.895.126,48
Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tomada de Preços	R\$ 359.981,83	R\$ 717.406,21	R\$ 359.981,33	R\$ 658.045,78
Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pregão	R\$ 2.826.505,66	R\$ 2.251.585,72	R\$ 2.564.184,76	R\$2.142.950,90
Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Registro de Preços	R\$ 2.850,00	R\$ 94.129,80	R\$ 2.850,00	R\$ 94.129,80
Contratações Diretas	R\$ 1.359.356,81	R\$ 1.363.575,15	R\$ 1.303.919,17	R\$ 1.314.395,33
Dispensa	R\$ 323.426,50	R\$ 419.875,42	R\$ 320.388,22	R\$417.854,34
Inexigibilidade	R\$ 1.035.930,31	R\$ 943.699,73	R\$ 983.530,95	R\$896.540,99
Regime de Execução Parcial	R\$ 13.493,90	R\$ 4.497,25	R\$ 13.493,90	R\$ 4.497,25
Suprimento de Fundos	R\$ 13.493,90	R\$ 4.497,25	R\$ 13.493,90	R\$ 4.497,25
Pagamento de Pessoal	R\$ 29.088.870,88	37.773.203,81	R\$ 29.088.455,38	37.773.203,81
Pagamento em Folha	R\$ 28.752.502,76	R\$ 37.227.982,23	R\$ 28.752.502,76	R\$37.227.982,23
Diárias	R\$ 336.368,12	R\$ 545.221,58	R\$ 335.952,62	R\$ 545.221,58
Outros	R\$ 1.345.947,77	R\$ 2.157.128,47	R\$ 1.327.425,98	R\$ 2.154.823,41
Demais despesas / Não se aplica	R\$ 1.345.947,77	R\$ 2.157.128,47	R\$ 1.327.425,98	R\$ 2.154.823,41

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processado		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1. Despesas de Pessoal	R\$ 27.478.739,33	R\$ 34.760.790,44	R\$27.478.739,33	R\$ 34.760.790,44	R\$	R\$	R\$ 27.478.739,33	R\$ 34.760.790,44
319011	R\$ 21.079.998,29	R\$ 26.538.291,68	R\$21.079.998,29	R\$ 26.538.291,68	R\$	R\$	R\$ 21.079.998,29	R\$26.538.291,68
319113	R\$ 4.318.133,94	R\$ 5.472.548,93	R\$ 4.318.133,94	R\$ 5.472.548,93	R\$	R\$	R\$ 4.318.133,94	R\$ 5.472.548,93
319001	R\$ 718.936,95	R\$ 939.965,67	R\$ 718.936,95	R\$ 939.965,67	R\$	R\$	R\$ 718.936,95	R\$ 939.965,67
Demais elementos do grupo	R\$ 1.361.670,15	R\$ 1.809.984,16	R\$ 1.361.670,15	R\$ 1.809.984,16	R\$	R\$	R\$ 1.361.670,15	R\$ 1.809.984,16
2. Juros e encargos da dívida	R\$	R\$	R\$ -	R\$	R\$	R\$		
1º elemento de despesa	R\$	R\$	R\$ -	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$	R\$	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3. Outras Despesas Correntes	R\$ 9.107.087,25	R\$ 10.873.330,25	R\$ 7.552.559,14	R\$ 8.759.033,96	R\$ 2.533.212,01	R\$ 2.114.296,29		
339039	R\$ 4.346.638,83	R\$ 3.542.470,24	R\$ 2.973.751,26	R\$ 2.507.523,80	R\$ 1.372.887,57	R\$1.034.946,44	R\$ 2.918.313,62	R\$ 2.434.966,38
339046	R\$ 639.840,10	R\$ 1.642.872,15	R\$ 639.840,10	R\$ 1.642.872,15	R\$ -	R\$ -	R\$ 639.840,10	R\$ 1.642.872,15
339018	R\$ 671.344,34	R\$ 1.496.406,01	R\$ 489.703,80	R\$ 1.254.173,28	R\$ 181.640,54	R\$ 242.232,73	R\$ 489.183,80	R\$ 1.253.853,28
Demais elementos do grupo	R\$ 3.449.263,98	R\$ 4.191.581,85	R\$ 3.449.263,98	R\$ 3.354.464,73	R\$ 978.683,90	R\$ 837.117,12	R\$ 2.470.580,08	R\$ 3.267.825,58

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.10. – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processado		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4. Investimentos	R\$ 1.800.727,92	R\$ 7.539.826,07	R\$ 944.392,28	R\$ 841.702,01	R\$ 856.335,64	R\$ 6.698.124,06	R\$ 691.126,44	R\$ 781.738,45
449051	R\$ 926.418,67	R\$ 7.004.405,37	R\$ 470.974,83	R\$ 717.406,21	R\$ 455.443,84	R\$ 6.286.999,16	R\$ 372.579,53	R\$ 658.045,78
449052	R\$ 874.309,25	R\$ 535.411,11	R\$ 473.417,45	R\$ 124.286,21	R\$ 400.891,80	R\$ 411.124,90	R\$ 318.546,91	R\$ 123.683,08
449092	R\$ -	R\$ 9,59	R\$ -	R\$ 9,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 9,59
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5. Inversões financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6. Amortização da dívida								
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: SIAFI GERENCIAL

ANÁLISE CRÍTICA

A dotação concedida a UJ para atender as despesas relativas à pessoal e encargos sociais, foi de R\$ 35.710.261,00 (Trinta e cinco milhões, setecentos e dez mil, duzentos e sessenta e um reais), tendo sua execução finalizada no valor de R\$ 35.760.790,44 (Trinta e cinco milhões, setecentos e sessenta mil, setecentos e noventa reais). Desse montante final a despesa de maior relevância foi com Vencimentos e Salários que representa uma média de 77% do montante final.

Com relação aos créditos para custear despesas correntes foram liberados um no montante de R\$ 12.761.348,00 (Doze milhões, setecentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais), finalizando sua execução no valor de R\$ 10.873.330,25 (Dez milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e trinta reais e vinte e cinco centavos). A despesa com maior reflexo no orçamento de despesas correntes foi com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que engloba as despesas como: energia elétrica, telefonia, manutenção predial, entre outras, seguida da despesa com Auxílio Alimentação, despesa está com pessoal, porém a mesma é executada com recurso de custeio. As despesas com Auxílio Financeiro a Estudantes apresentou um grande volume por consequência do Programa de Assistência Estudantil que totalizou o montante de R\$ 1.532.771,00 (Hum milhão, quinhentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais), sendo R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) liberado através de emenda parlamentar.

A dotação orçamentária para atender despesas de capital foi no montante de R\$ 8.218.361,00 (Oito milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e um reais), sendo finalizada com o montante de R\$ 7.539.826,07 (Sete milhões, quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sete centavos). Desse montante, quase 93% aplicados em obras, reformas e ampliação de infra-estrutura desta IFES.

Observamos que, em relação ao exercício anterior houve um acréscimo relevante no volume de recursos para despesas com investimentos, que se deve a liberação complementar referente ao REUNI no valor de R\$ 2.414.263,00 (Dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e três reais), bem como no montante de R\$ 3.880.000,00 (Três milhões, oitocentos e oitenta mil reais) oriundo de Emendas Parlamentares.

2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	R\$ 38.894,55	R\$ 251.049,41	R\$ 38.894,55	R\$ 223.300,81
Convite	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tomada de Preços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Concorrência	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pregão	R\$ 38.894,55	R\$ 251.049,41	R\$ 38.894,55	R\$ 223.300,81
Concurso	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Consulta	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Registro de Preços	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Contratações Diretas	R\$ 247.800,00	R\$ -	R\$ 240.000,00	R\$ -
Dispensa	R\$ 247.800,00	R\$ -	R\$ 240.000,00	R\$ -
Inexigibilidade	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime de Execução Parcial	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Suprimento de Fundos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pagamento de Pessoal	R\$ 121.736,81	R\$ 19.932,03	R\$ 119.081,81	R\$ 19.932,03
Pagamento em Folha	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Diárias	R\$ 121.736,81	R\$ 19.932,03	R\$ 119.081,81	R\$ 19.932,03
Outros	R\$ 210.139,55	R\$ 29.460,00	R\$ 210.139,55	R\$ 29.460,00
Não se Aplica	R\$ 210.139,55	R\$ 29.460,00	R\$ 210.139,55	R\$ 29.460,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1. Despesa de Pessoal	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2. Juros e encargos da dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3. Outras despesas correntes	R\$ 2.537.056,65	R\$ 1.847.275,61	R\$ 579.676,36	R\$ 54.906,97	R\$ 1.957.380,29	R\$ 1.792.368,64	R\$ 569.221,36	R\$ 54.906,97
339039	R\$ 1.798.420,49	R\$ 1.624.831,06	R\$ 278.894,55	R\$ -	R\$ 1.519.525,94	R\$ 1.624.831,06	R\$ 278.894,55	R\$ -
339036	R\$ 170.077,00	R\$ 103.541,70	R\$ 36.538,00	R\$ 6.861,70	R\$ 133.539,00	R\$ 96.680,00	R\$ 33.883,00	R\$ 6.861,70
339033	R\$ 22.200,00	R\$ 34.910,00	R\$ 7.800,00	R\$ -	R\$ 14.400,00	R\$ 34.910,00	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ 546.359,16	R\$ 83.992,85	R\$ 256.443,81	R\$ 48.045,27	R\$ 289.915,35	R\$ 35.947,58	R\$ 256.443,81	R\$ 48.045,27
Fonte: SIAFI GERENCIAL								

2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4. Investimentos	R\$ 1.398.762,20	R\$ 531.505,04	R\$	R\$ 245.534,47	R\$ 1.398.762,20	R\$ 285.970,57	R\$ -	R\$ 217.785,87
449052	R\$ 1.381.119,90	R\$ 531.505,04	R\$	R\$ 245.534,47	R\$ 1.381.119,90	R\$ 285.970,57	R\$ -	R\$ 217.785,87
449051	R\$ 17.642,30	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ 17.642,30	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
5. Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
6. Amortização dívida	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3º elemento de despesa	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais elementos do grupo	R\$ -	R\$ -	R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Fonte: SIAFI GERENCIAL

ANÁLISE CRÍTICA

A dotação recebida através de descentralização externa por esta UJ totalizou o montante de R\$ 2.398.035,30 (Dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trinta e cinco reais e trinta centavos), sendo efetivamente empenhado o valor de R\$ 2.378.780,65 (Dois milhões, trezentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), representando cerca de 99% dos recursos descentralizados.

As despesas correntes empenhadas totalizaram o valor de R\$ 1.847.275,61 (Hum milhão, oitocentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), sendo liquidados e efetivamente pagos o valor de R\$ 54.906,97 (Cinqüenta e quatro mil, novecentos e seis reais e noventa e sete centavos), que corresponde a 3% do montante total, tendo em vista que as liberações dos recursos referentes às descentralizações ocorreram no segundo semestre e foram empenhadas no final do exercício.

O maior volume de dispêndio com despesas correntes foi através de Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, totalizando um montante de R\$ 1.624.831,06 (Hum milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e seis centavos).

Quanto às despesas com investimentos, essas totalizaram o valor de R\$ 531.505,04 (Quinhentos e trinta um mil, quinhentos e cinco reais e quatro centavos), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 217.785,87 (Duzentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), que representa cerca de 41% do montante total.

Desta forma destacamos como ponto negativo na execução das descentralizações externas, somente quanto sua liberação, que na sua maioria ocorreram no segundo semestre de 2010, dificultando as contratações para sua plena execução.

2.4.3 Indicadores Institucionais

Alusivo a esta seção, informamos que a Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, não possui indicadores institucionais desenvolvidos para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão no exercício, a exceção dos indicadores de desempenho das IFES, nos termos da Decisão nº TCU 408/2020 – Plenário e modificações posteriores.

Porém, podemos mencionar o alcance de metas alcançadas no Plano de Reestruturação e Expansão da UNIFAP atinentes ao REUNI, que desde o exercício de 2008 tem proporcionado aos usuários desta IFES muitos benefícios tanto no aspecto de reestruturação quanto de expansão nos segmentos de concursos públicos para servidores docentes e técnico-administrativos, infra-estrutura física e investimentos variados nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio deste plano, no exercício de 2010 houve a implantação de dois novos cursos de graduação, quais sejam: Medicina (30 vagas) e LLCiências Farmacêuticas (50 vagas), totalizando 80 novas vagas. No campo docente, cabe registrar a participação de dois novos professores em processo de pós-doutorado e 19 (dezenove) sendo qualificados em nível de doutorado.

Atinente à extensão e ações comunitárias, cabe mencionar a superação da meta prevista no REUNI de 02 (duas) para 04 (quatro) turmas do Cursinho Pré-Vestibular CPV Negros, totalizando 240 alunos beneficiados, o que possibilitou ainda o aumento de vagas de monitoria para acadêmicos da UNIFAP. Houve ainda, a implantação do Programa Universidade da Maturidade - UMAP, cujo público alvo beneficiado é a terceira idade, atendendo inicialmente a um quantitativo de 100 (cem) alunos. É oportuno mencionar ainda a implantação de outros programas como o de “Inclusão Digital” que atende a comunidade acadêmica e a sociedade na oferta 70 (setenta) vagas; o curso de idiomas (inglês e francês) é outro programa relevante, que ofereceu 80 (oitenta) vagas para os acadêmicos e ainda, o programa Pró-estudante natação, que ofertou de 60 (sessenta) vagas.

No tocante a infra-estrutura física, foram executadas as seguintes obras: a manutenção e reforma da rede elétrica do Campus Marco Zero; a construção dos prédios dos laboratórios de esforço físico e de biologia; a 2ª etapa dos laboratórios da área médica no Campus Marco Zero; a complementação do valor para construção do prédio de enfermagem; a construção de

um bloco de salas com 02 pavimentos no Campus Marco Zero; a construção do prédio do patrimônio desta IFES e a urbanização do Campus Marco Zero.

Os planos e projetos concretos para o exercício 2011 conforme o Plano de Reestruturação e Expansão da UNIFAP atinentes ao REUNI são: a criação de novos cursos; ampliação de matrículas; contratação de pessoal técnico-administrativo e docente; investimentos em obras e infra-estruturas e edificações; bolsas de assistência estudantil.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Este item se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, porém não houve ocorrência no exercício de 2010, pois o Reconhecimento de Passivos é feito tendo em vista o final do exercício por insuficiência de créditos ou recursos.

ANÁLISE CRÍTICA

Como o item acima não apresentou ocorrência, não cabe análise crítica.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R\$ 336.722,83	-R\$ 5.170,86	R\$ 331.551,97	R\$
2008	R\$ 149,00	R\$ -	R\$ 149,00	R\$
2007	R\$ 2.037,73	R\$ -	R\$ 2.037,73	R\$
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	R\$ 3.389.547,65	-R\$ 377.644,43	R\$ 2.273.276,52	R\$ 738.626,70
2008	R\$ 1.844.329,93	-R\$ 53.203,22	R\$ 1.522.115,80	R\$ 269.010,91
2007	R\$ 548.000,46	-R\$ 5.464,26	R\$ 88.339,67	R\$ 454.196,53
Observações: Decreto nº 7.418, de 31/10/2010.				
FONTE: SIAFI GERENCIAL				

4.2. ANÁLISE CRÍTICA

Observada a análise crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, apresentamos:

Quanto aos Restos a Pagar Processados referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, apresentaram um somatório de inscritos no valor de R\$ 338.909,56 (Trezentos e trinta e oito mil, novecentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), com cancelamento acumulado de R\$ 5.170,86 (Cinco mil, cento e setenta reais e oitenta e seis centavos), em 2009; totalizando os pagamentos acumulados em R\$ 333.738,70 (Trezentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta centavos), zerando, portanto o saldo a pagar.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, apresentaram em 31/12/2010 um somatório de inscritos no valor de R\$ 5.781.878,04 (Cinco milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e quatro

centavos), com cancelamento acumulados no valor de R\$ 436.311,91 (Quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e onze reais e noventa e um centavos), pagamentos acumulados no valor de R\$ 3.883.731,99 (Três milhões, oitocentos e oitenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e nove centavos), apresentando um saldo a pagar no valor de R\$ 1.898.146,05 (Um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, cento e quarenta e seis reais e cinco centavos).

Ressaltamos que os pagamentos de RP's de 2007, 2008 e 2009 ocorreram dentro dos padrões de normalidade, não ocasionando transtornos para esta UJ.

Diante do exposto informamos que esta Instituição está tomando como medidas saneadoras, uma maneira para subsidiar a procedimentos visando à liquidação dos Restos a Pagar dos exercícios de 2007, 2008 e 2009, bem como a liquidação dos empenhos emitidos no exercício de 2010, o máximo que puder dentro do exercício corrente, a fim de diminuir significativamente a inscrição de Restos a Pagar para o exercício de 2011.

Em relação aos atos legais que autorizam a validade dos RP's de 2007, 2008 e 2009, os mesmos estão amparados pelo Decreto nº 7.418, de 31/12/2010, que determinada sua validade até 30/04/2011.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1. – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Aputada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira				
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	488	75	12
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	01	-	-
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgão e esferas	-	23	-	01
1.3. Servidores em Contratos Temporários		27	27	08
1.4. Servidores Cedidos ou em licença				
1.4.1. Cedidos		14	-	-
1.4.2. Removidos		-	-	-
1.4.3. Licença remunerada		02	02	-
1.4.4. Licença não remunerada		02	02	-
2. Provimento de cargo em comissão				
2.1. Cargos Natureza Especial				
2.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		27		
2.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4. sem vínculo				
2.2.5. aposentado				
2.3. Funções gratificadas				
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão		67		
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3. Servidor de outros órgão e esferas		02		
3. Total		653	106	21

Fonte: CGP

Quadro A.5.2. – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia do cargo	Faixa etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de Cargo efetivo					
1.1 membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. servidores de carreira	63	132	184	93	16
1.3. Servidores co Contratos temporários	10	12	05	-	-
1.4. Servidores cedidos ou em licença	02	01	08	05	02
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	04	06	09	08	-
2.3. Funções gratificadas	06	20	27	14	02

Fonte: CGP

Quadro A.5.3. – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010

TIPOLOGIA DO CARGO	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1 Membros de poder e agentes políticos									
1.2. servidores de carreira	-	-	-	01	90	85	108	135	69
1.3 servidores com contratos temporários	-	-	-	-	-	13	06	08	-
1.4. servidores cedidos ou em licença	-	-	-	-	06	03	05	02	02
2. provimento de cargo em comissão									
2.1. cargos de natureza especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento superior					02	10	04	04	07
2.3. funções gratificadas				02	20	12	13	11	11

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem curso regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não classificada.

Fonte: CGP

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4. – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010

REGIME DE PROVENTOS /REGIME DE APOSENTADORIA	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 INTEGRAL		
1.1 Voluntária	12	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	5	1
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL DE APOSENTADORIAS		18

Fonte: CGP

Quadro A.5.5. – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010

REGIME DE PROVENTOS ORIGINÁRIO DO SERVIDOR	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1 INTEGRAL	19	2
2 PROPORCIONAL	0	
TOTAL DE PENSÃO		19
TOTAL GERAL DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		38

Obs.: Ressaltamos que a diferença existente entre o total de aposentadorias e pensões que constam no sistema **SIAPÉ** (37) e no **SIMEC** (38), é devido ao lançamento equivocado no SIMEC de aposentadoria não cadastrada no SIAPÉ pela situação funcional do servidor encontrar-se incompatível para a aposentadoria.

Fonte: CGP

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, uma vez que não dispomos de estagiários, mas de bolsa trabalho que é paga por meio de assistência estudantil.

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7. – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.

TIPOLOGIAS /EXERCÍCIOS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	Despesas Variáveis						Valores em R\$ 1,00
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEFÍCIOS E ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	DEMAIS DESPESAS VARIÁVEIS	TOTAL
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	11.342.772,86	3.538,08	29.034,57	--	415,00	150.251,87	409.749,48	11.935.761,86
2009	14.121.515,77	6.146,58	--	--	2.540,00	229.841,99	291.641,39	14.651.685,73
2010	18.210.945,30	--	--	--	930,00	345.272,25	297.520,83	18.854.668,38
Servidores em Contratos Temporários								
2008	344.490,92	--	--	--	--	8.883,26	--	353.374,18
2009	416.407,47	--	--	--	--	5.432,84	--	421.840,31
2010	761.268,56	--	--	--	--	3.859,17	--	765.127,73
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença								
2008	3.086.835,34	735,60	174.514,19	--	380,00	40.096,00	97.548,07	3.400.109,20

2009	3.549.345,10	1.326,38	161.405,28	--	415,00	53.022,89	41.904,72	3.807.419,37
2010	3.910.517,62	--	110.269,73	438,10	--	52.365,44	38.792,18	4.112.383,07
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	--	--	--	--	--	--	--	--
2009	2.507,57	--	3.282,45	--	--	--	3.729,60	9.519,62
2010	--	--	--	--	--	--	--	--
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	924.211,69	161,56	541.833,25	--	380,00	11.735,85	47.949,46	1.526.271,81
2009	1.111.281,31	417,88	707.510,15	--	--	10.975,60	50.394,50	1.880.579,44
2010	1.529.926,16	--	814.378,80	--	930,00	24.090,03	49.576,53	2.418.901,52
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas								
2008	1.925.638,86	45,00	270.673,00	--	--	33.745,95	188.268,69	2.418.371,50
2009	2.339.568,60	1.120,58	313.926,87	--	--	54.335,28	60.919,21	2.769.870,54
2010	3.161.587,83	--	372.005,59	--	474,99	59.301,90	96.974,52	3.690.344,83

Fonte: CGP

5.5. Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro A.5.8. – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 26286/154215						CNPJ: 34.868.257/0001-81							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	Serviços de Limpeza	22.919.047/0001-96	01/08/07	31.03.11	35	36					P
2009	V	O	Serviços de vigilância	06.272.413/0009-69	01.04.09	31.03.11			40	40			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DEPLAN

Quadro A.5.9. – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ													
UG/Gestão: 26286/154215							CNPJ: 34.868.257/0001-81						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	Serviço de reprografia	34.871.319/0001-04	13.03.2009	31.12.11			03	01			
2009	7	O	Serviço de Reprografia	34.871.319/0001-04	28.07.09	31.03.11			01	02			
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DEPLAN

Quadro A.5.10. – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviços Com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Serviço de Limpeza	07	34	Campus Marco Zero Macapá
Serviço de Limpeza	07	02	Campus Santana
Serviço de Vigilância	08	34	Campus Marco Zero Macapá
Serviço de Vigilância	08	06	Campus Santana
Serviço de Reprografia	1	01	Campus Marco Zero
Serviço de Reprografia	9	02	Campus Marco Zero
<u>LEGENDA</u>			
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 			<ol style="list-style-type: none"> 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.

Fonte: DEPLAN

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Amapá foi instituído em atendimento ao estabelecido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e pelo Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, e tem por objetivo promover o desenvolvimento institucional, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão de pessoal.

O referido programa está vinculado ao Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o qual está vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IFES, conforme definido no art. 24 da Lei nº 11.091, de 2005, e que contempla além do Programa de Avaliação de Desempenho, o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e o Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição.

O Programa de Avaliação de Desempenho atua como um processo pedagógico, coletivo e participativo, abrangendo avaliação das atividades desenvolvidas, das condições de trabalho e do desempenho individual e das chefias através de avaliação de desempenho 360°. Assim, é definida como a combinação entre a auto avaliação, avaliação da equipe, da chefia imediata e dos subordinados, formando-se um ciclo completo, onde o servidor avaliado passa a visualizar o desempenho de suas ações através das respostas obtidas nos instrumentos de avaliação previamente definidos.

A realização da Avaliação de Desempenho visa o início da progressão por mérito para os técnico-administrativos, conforme previsto na Lei nº 11.091/2005, já os docentes investidos em cargo de direção ou função gratificada, ainda que tenham participado do processo de avaliação os mesmos não farão jus a progressão.

Para fazer jus à progressão por mérito o servidor deverá estar no exercício do cargo efetivo e ter atingido o mínimo de 70% da média aritmética simples das avaliações, devendo para tanto, também ter completado o interstício legal de dezoito meses, a partir da edição da Medida Provisória nº. 431, de 14/05/2008 e ainda participar de todas as etapas de avaliação, cujo resultado conclusivo deverá demonstrar adequação do desempenho do servidor aos objetivos previamente pactuados.

O Programa de Avaliação de Desempenho é gerenciado pela Comissão Geral de Avaliação de Desempenho, composta, exclusivamente, por servidores Técnico-Administrativos em Educação, para mandato de dois anos sendo um representante titular e um suplente.

A execução do processo de avaliação é feita mensalmente através de sistema via INTRANET, com períodos determinados para abertura e fechamento do sistema. O sistema de avaliação tem disponível um link (FALE COM A COMISSÃO) para atendimento a eventuais dúvidas decorrentes do preenchimento dos formulários de avaliação.

Finalizados todos os prazos para preenchimento dos formulários, o sistema de avaliação emite três relatórios: servidores que ainda apresentam avaliações em aberto, nota/situação e comentários realizados. Após a emissão dos relatórios, a Coordenação de Gestão de Pessoas solicita à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento autorização para emissão de Portaria de Progressão por Mérito dos servidores avaliados e pagamento das referidas progressões.

Entre os indicadores da avaliação estão: comportamento ético, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, foco no usuário, conhecimento técnico, resolução de problemas, assiduidade e responsabilidade, autodesenvolvimento, busca de resultados, capacidade de adaptação, negociação de conflitos, utilização das ferramentas e recursos materiais, organização, credibilidade e confiança, conhecimento organizacional e técnico, liderança e desenvolvimento de equipes, empreendedorismo, orientação para o bem-estar da equipes, planejamento e acompanhamento. A cada fator de indicadores serão atribuídos valores constantes na Tabela de Valoração, em escala de pontuação em intervalos de 0 à 10.

Os números a seguir mostram o resultado da avaliação de desempenho efetuada na UNIFAP no ano de 2010:

- ✓ dos 114 servidores técnico-administrativos da Instituição avaliados, 114 fizeram jus à progressão por mérito;
- ✓ do total de 114 servidores avaliados, 96 alcançaram Desempenho Excelente e 18 alcançaram Desempenho Bom.
- ✓ A média aritmética das avaliações foi 9,43.

A aferição dos resultados da Avaliação de Desempenho tem, entre outros, o objetivo de “subsidiar o aperfeiçoamento, atualização continuada de conhecimentos e competências, obtidos através de cursos de capacitação e qualificação, assim como, o Programa de Dimensionamento que apontará as necessidades institucionais de pessoal e de políticas de saúde ocupacional”, ações que interessam a todos os servidores em exercício de suas atividades, indiscriminadamente.

Capacitação e Treinamento Contínuo

A Coordenação de Gestão de Pessoas tem como missão atuar como agente de mudança desenvolvendo políticas de gestão de pessoas que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais. Nesse sentido, desenvolve os seguintes programas: *Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e Programa de Avaliação de Desempenho*. Ambos os programas foram criados para atender ao disposto na Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que instituiu o PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Decretos: nº 5.825 de 25 de junho de 2006 e nº 5.824 de 29 de junho de 2006.

Além desses programas coordena através da Comissão Permanente de Pessoal Docente/CPPD a avaliação de desempenho dos professores do Quadro da instituição. No ano de 2010, através de análise do Plano de Atividades Individuais Docentes – PAID, 72 (setenta e dois) docentes progrediram de classe/nível na UNIFAP.

O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento é realizado anualmente e através de levantamento de necessidades de capacitação junto aos setores da instituição, identifica as ações necessárias para execução e dessa forma possibilitar a elevação do nível de conhecimentos e aperfeiçoar habilidades técnicas dos servidores do quadro técnico-administrativo. Além do ganho de conhecimentos obtidos com a participação nas ações do Programa de Capacitação, os servidores do quadro técnico/administrativo ainda recebem progressão por capacitação, uma vez cumprida a carga horária mínima necessária para cada nível por classe funcional, incorrendo em acréscimo de percentual na remuneração.

No exercício de 2010, o programa realizou oito (08) cursos de capacitação, com formato em módulos. Os cursos iniciaram-se em março de 2010 e foram concluídos em dezembro do mesmo exercício.

Cursos realizados:

- Desenvolvimento de Gerentes para a Gestão de Pessoas;
- Administração Pública;
- Atendendo com Qualidade;
- Gestão Educacional;
- Inglês Básico;
- Preparação para Pós-Graduação;
- Informática Básica – Nível I;
- Informática Básica – Nível II.

Com o intuito de otimizar os recursos investidos, optou-se por disponibilizar vagas de alguns cursos do Programa de Capacitação para órgãos federais tais como: INCRA, SAMF, Justiça Federal, FUNASA, INSS e Departamento de Polícia Federal.

Número de servidores capacitados no exercício de 2010

Servidores da UNIFAP	Servidores de outros órgãos
167	89

Além da execução das ações de capacitação, realizou-se programação para apresentação das monografias e artigos científicos dos servidores que participaram do *Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública* realizado em 2009.

De 31 (trinta e um) servidores que participaram do Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão Pública, 10 (dez) apresentaram Monografia e 05 (cinco) apresentaram Artigo Científico.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Este item, apesar de se aplicar à natureza da UNIFAP, não houve ocorrências, pois esta IFES não realiza transferência a título de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílios ou contribuição no exercício em tela.

7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

7.1. Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1. – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<i>Considerações Gerais: A metodologia utilizada pela Instituição para avaliar as informações concernentes aos aspectos do sistema de controle interno foi participativa, uma vez que envolveu o Reitor, Vice-Reitor e os Pró-Reitores desta IFES.</i>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					
Fonte:Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias.					

8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1. – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>	X				
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>	X				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
<p><i>Considerações Gerais: A metodologia utilizada pela Instituição para avaliar as informações concernentes à gestão ambiental e licitações sustentáveis foi participativa, uma vez que envolveu o Pró-Reitor de Administração e Planejamento junto às unidades administrativas subordinadas (DEPLAN, DEPAG, DEFIN, PREFEITURA e o DINFO</i></p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i></p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					
Fonte: PROAP					

9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

Quadro A.11.1. – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF	Σ	Σ
	Macapá	01	01
	Santana	01	01
	Oiapoque	01	01
	Porto Grande	01	01
	Laranjal do Jari	01	01
	Amapá	01	01
Subtotal Brasil		06	06
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
		-	-
	PAÍS “n”	-	-
		-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte: Setor de Patrimônio

Quadro A.11.2. – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois esta IFES não possui sob sua responsabilidade imóvel locados de terceiros.

Quadro A.11.3. – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
154215	0605.00195.500-3	21	3	R\$ 260.209.775,39	-	-		
154215	0615.00058.500-5	21	3	R\$ 266.600,00	-	-		
154215	0609.00041.500-8	21	4	R\$ 2.876.545,66	-	-		
154215	0671.00009.500-9	23	-	R\$ 420.000,00	-	-		
154215	0613.00008.500-6	21	4	R\$ 46.200,00	-	-		
154215	0601.00067.500-4	21	5	R\$ 260.000,00	-	-		

Fonte: Setor de Patrimônio

ANÁLISE CRÍTICA

A Fundação Universidade Federal do Amapá, no exercício de 2010 apresentou 06 (seis) imóveis, classificados como bem de uso especial de propriedade da União sob sua responsabilidade localizada em 06 (seis) municípios do Estado do Amapá, conforme distribuição e discriminação descritas nos quadros A .11.1 e A 11.3, sendo que deste grupo apenas no município de Porto Grande não há imóvel edificado, estando assim vago para uso.

Quanto aos quadros A.11.2 e A .11.4 – Distribuição espacial e discriminação dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros não foram preenchidos pois **não se aplicam à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, pois esta IFES não possui sob sua responsabilidade imóveis locados de terceiros.**

10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Quadro A.12.1. – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	10				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	60%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Há uma grande necessidade de contratação de servidores efetivos para o quadro de TI da UNIFAP. Considerando que grande parte dos funcionários do departamento de informática é bolsista vinculada a partir de projetos de pesquisa ou extensão. Esta contratação visa atender as exigências estabelecidas neste documento como a criação de comitês, cumprimento de normas de seguranças, metodologias, atendimento aos clientes e na qualidade dos serviços prestados.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: DINFO.

PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010, INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS N.S 5.355/2006 E 6.370/2008.

PROCESSO	OBJETO	VALOR (R\$)
23125.000065/2010-24	Concessão do suprimento de fundos	5.000,00
23125.001019/2010-42	Prestação de Contas do suprimento de fundos	4.497,25

11. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/ 10/2010.

11.1. Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, porque não arrecadamos receitas tributárias, logo não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias

11.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias em consequência não existe contribuinte beneficiado.

11.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.7. Comunicações à RFB

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.9. Declaração

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Este item não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista que não arrecadamos receitas tributárias.

12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

12.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.15.1. – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01		1040/2010-Plenário	9.3	DE	Ofício 240/2010-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP que, ao formalizar contrato com recursos federais, cujo objetivo consista na prestação de serviços, seja na condição de contratada seja na de contratante, faça constar no termo contratual disposições objetivas, completas e precisas sobre as obrigações assumidas pelas partes, sem prejuízo de exercer, se for o caso, o regular acompanhamento e a competente fiscalização da execução do ajuste.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento					37618
Síntese da providência adotada:					
Todos os processos administrativos que envolvam contratos de prestação de serviços e gerenciamento de recursos da universidade são analisados pela divisão de contratos e convênios da UNIFAP.					
Síntese dos resultados obtidos					
Houve uma melhora significativa dos contratos, convênios e acordos de cooperação técnicas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Atualmente há uma rotina processual mais cautelosa, principalmente das cláusulas referentes às obrigações das partes.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		7697/2010-Primeira Câmara	1.5.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Realizem a atualização regular dos dados referentes as concessões de auxílio-transporte dos servidores que fizeram jus ao benefício, de forma que os valores a serem pagos estejam em consonância com o disposto no artigo 2º do Decreto nº2.880/1998;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					37617
Síntese da providência adotada:					
O setor responsável realiza essa atualização.					
Síntese dos resultados obtidos					
Há um melhor acompanhamento desse benefício.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A auditoria interna vem acompanhando esses trabalhos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03		7697/2010-Primeira Câmara	1.5.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Controle de maneira rigorosa a situação dos servidores que estiverem eventualmente cedidos, de forma que as medidas administrativas cabíveis sejam tomadas tempestivamente, quando da ocorrência do termo certo, que passe a tornar irregular a cessão do referidos servidores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					37617
Síntese da providência adotada:					
A coordenação criou uma equipe de trabalho para verificar de forma minuciosa cada situação específica dos servidores cedidos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os processos administrativos de cada servidor cedido foram melhores instruídos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ocorreu um melhor acompanhamento e controle da Coordenação de Gestão de Pessoas em relação às cessões.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04		76972010-Primeira Câmara	1.6	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Oriente os servidores da Divisão de Benefícios para que estes atentem as mudanças ocorridas na situação funcional dos servidores da Entidade, que façam cessar a concessão de benefícios, de forma a evitar pagamentos indevidos que possam gerar prejuízos ao erário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					37617
Síntese da providência adotada:					
A coordenação criou uma equipe de trabalho para verificar de forma minuciosa cada situação específica dos servidores cedidos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os processos administrativos de cada servidor cedido foram melhores instruídos, e a Divisão de Benefícios tem realizado o acompanhamento desses processos .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ocorreu um melhor acompanhamento e controle da Coordenação de Gestão de Pessoas em relação a concessão de benefícios.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05		7697/2010-Primeira Câmara	1.7.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
O resultado final dos trabalhos da Comissão de Sindicância pela Portaria nº.1185/2009, bem como as medidas adotadas pela Entidade em função das conclusões apontadas no relatório da comissão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					16327
Síntese da providência adotada:					
A comissão de Sindicância concluiu o relatório final.					
Síntese dos resultados obtidos					
A comissão não identificou os responsáveis que deram causa a situação do sinistro.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com o desaparecimento dos processos de pensões, a administração tomou medidas de precaução, principalmente quanto ao envio destes processos para outros órgãos da administração federal.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06		7697/2010-Primeira Câmara	1.9	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Faça cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas portarias de constituição de comissões, cobrando, ao final do prazo, a conclusão definitiva das apurações realizadas;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					16327
Síntese da providência adotada:					
Os processos de PAD e Sindicância estão sendo registrados no sistema CGU-PA.					
Síntese dos resultados obtidos					
Com o registro desses processos no sistema da CGU, o acompanhamento tem sido mais prático.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com o crescimento da universidade estes processos aumentaram de forma que a administração está elaborando uma estrutura de controle mais eficiente.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07		7697/2010-Primeira Câmara	1.11	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
<p>Providencie o imediato retorno dos servidores de matrículas SIAPE 1048652, 1014616 e 1011331, cedidos irregularmente em razão do esgotamento do prazo inicial previsto para a cessão, sem prejuízo de apurar as responsabilidades dos respectivos servidores com relação à permanência no órgão cessionário, mesmo após o decurso do prazo de suas cessões, visto que tal prazo constava indicado explicitamente nas respectivas portarias, informando, nas próximas contas, as medidas levadas a efeito para solucionar a situação irregular apontada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					16327
Síntese da providência adotada:					
<p>A administração instaurou um processo administrativo disciplinar, e a conclusão foi a aplicação de advertência.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Os servidores em questão retornaram a Fundação Universidade Federal do Amapá.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Atualmente há um melhor monitoramento das cessões.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08		7697/2010-Primeira Câmara	1.12	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Por ocasião da elaboração do RAIN'T, observe rigorosamente as disposições contidas na Instrução Normativa/SFC n.1/2007, atentando para o prazo estabelecido no art. 7º da Instrução Normativa /CGU nº 07 de 29/12/2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Auditoria Interna-AUDINT					47698
Síntese da providência adotada:					
A Auditoria está ciente quanto a essa instrução normativa. Sendo que o relatório para o próximo ano estará de acordo com essa instrução normativa.					
Síntese dos resultados obtidos					
A AUDINT, a unidade responsável para elaboração do RAIN'T/2010 elaborou de acordo com a instrução normativa/SFC nº 01/2007.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O departamento elaborou plano de ação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09		797/2010- Segunda Câmara	1.4.1.1	DE	753/2008-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Adote providências com vistas a apuração das responsabilidades funcionais pela alteração das condições contratuais do Pregão Eletrônico n.º 021/2007, referente ao Processo Seletivo de 2008, com reformulação da planilha de custos, sem a devida assinatura de termo aditivo; bem como o conseqüente ressarcimento das quantias pagas a maior decorrentes da mencionada alteração.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					16327
Síntese da providência adotada:					
Há processos de sindicância com os n.ºs 23125.000163/2009-28; 23125.002509/2009-22; 23125.003043/2009-82 com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional referente ao Contrato Administrativo n.º 08/2007, que atualmente foi concluída pela comissão, contendo em seu relatório que: <i>“os gastos ocorridos foram devidamente aplicados em razão do aumento do número de candidatos no vestibular daquele ano”</i> . Tal fato caracterizou-se para garantir a eficiência do Processo Seletivo de 2008.					
Síntese dos resultados obtidos					
A administração adotou um entendimento em conformidade com o relatório da comissão de sindicância.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Houve a demora dos trabalhos apurativos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10		797/2010- Segunda Câmara	1.4.1.2	DE	753/2008-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Apresente, ao promover alterações nas condições dos contratos que vier a celebrar, as devidas justificativas para tal, além formalizar o conseqüente termo aditivo ao contrato firmado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Planejamento - DEPLAN					37618
Síntese da providência adotada:					
A Divisão de Contratos e Convênios adotou metodologia de analisar formalmente a instrução do processo administrativo.					
Síntese dos resultados obtidos					
As justificativas estão mais detalhadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Há uma metodologia de gerenciamento constante sobre esses contratos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11		797/2010- Segunda Câmara	1.4.1.3	DE	753/2008-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Oriente os servidores responsáveis pela elaboração de inventário analítico de bens patrimoniais a cumprir rigorosamente o prescrito na Instrução Normativa SEDAP 208/88.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Administração Geral					47665
Síntese da providência adotada:					
Os servidores lotados no almoxarifado participaram de curso de capacitação.					
Síntese dos resultados obtidos					
O inventário está sendo realizado com uma metodologia de descentralização.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Administração vem consolidando essa metodologia de análise.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12		797/2010- Segunda Câmara	1.4.1.4	DE	753/2008-TCU/SECEX-AP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
<p>Faça constar nas propostas de concessão de diárias, quando os afastamentos iniciarem nas sextas-feiras ou que incluam os finais de semana e feriados, as devidas justificativas, conforme prevê o § 2º do artigo 5º do Decreto 5.992/2006, bem como o item 1.4 do Acórdão TCU 1.464/2007- Segunda Câmara.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					37617
Síntese da providência adotada:					
As diárias são solicitadas via Sistema de Concessão Diárias e Passagens- SCDP					
Síntese dos resultados obtidos					
O próprio sistema exige automaticamente as justificativas referentes a essa situação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O sistema permitiu o controle eficiente das diárias.					

12.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A. 15.2. – Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01		7697/2010-Primeira Câmara	1.7.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
Os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente dos valores pagos a maior, a título de vale-transporte, para os seguintes servidores identificados por suas respectivas matrículas SIAPE: 1127715, 0054624, 1126483, 1126196, 1126040, 2432227, 1038867, 1547711, 1126907, 0328155, 1125815, 1330428, 1170589, 1018727, 1012015, 1015550, 1014891, 1126478, 1538761, 0273398, 2224112, 2362331, 0273368, 328123, 1126051, 1127769, 0053907, 1017085.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas					37617
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
O setor responsável não concluiu o levantamento, uma vez que a análise requer um lapso de tempo considerável.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A morosidade se deve em razão da quantidade de servidores.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02		7697/2010-Primeira Câmara	1.7.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
O desdobramento final das medidas adotadas com vistas a obter o devido ressarcimento do débito pendente decorrente da cessão de pessoal da UNIFAP ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá.					
Justificativa apresentada pelo não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Procuradoria Jurídica					47652
Justificativa apresentada pelo não cumprimento					
Até o momento o TCE não ressarciu, mas o processo administrativo foi encaminhado para inclusão do débito na inscrição da Dívida Ativa da União.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O TCE-AP foi notificado diversas vezes, mas até o momento não se manifestou.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03		7697/2010-Primeira Câmara	1.8	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
UNIFAP					1710
Descrição da Deliberação:					
<p>Promova, junto ao Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental- IBEG, a restituição integral das despesas pagas, no valor de R\$ 31.261,02 (Trinta e um mil, duzentos e sessenta e um reais e dois centavos) a para as quais não havia previsão orçamentária e no valor de R\$ 19.625,93 (Dezenove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), referentes ao excedente que extrapolou os limites orçamentários.</p>					
Justificativa apresentada pelo não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
REITORIA					16327
Justificativa apresentada pelo não cumprimento					
<p>Existem processos de sindicância com os n.ºs 23125.000163/2009-28; 23125.002509/2009-22; 23125.003043/2009-82, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional referente ao Contrato Administrativo n.º 08/2007, que atualmente foi concluída pela comissão, contendo em seu relatório que: <i>“os gastos ocorridos foram devidamente aplicados em razão do aumento do número de candidatos no vestibular daquele ano”</i>. Tal fato caracterizou-se para garantir a eficiência do Processo Seletivo de 2008.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>A conclusão da sindicância resultou que os recursos foram aplicados, e os coordenadores do Processo de Seletivo tomaram uma medida urgente, uma vez que a ocasião necessitou de resposta do poder público para suprir aquela demanda.</p>					

12.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.15.3. – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (018)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Elaborar o RAINT em estrita conformidade com as disposições contidas na Instrução Normativa/SFC nº. 01/2007, em especial aquelas contidas nos artigos 6º e 7º da Instrução Normativa/CGU nº. 07, de 29.12.2006.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AUDINT			47698
Síntese da providência adotada:			
A administração acatou a recomendação, se comprometendo a atender as orientações, elaborando o RAINT/2010 em estrita conformidade com as normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna contidas na Instrução Normativa/SFC nº.01/2007 e Instrução Normativa/CGU nº.07/2006, que será encaminhado à CGU/AP, até o dia 31 de janeiro de 2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
A AUDINT, o departamento responsável para elaboração do RAINT/2010, elaborou de acordo com a instrução normativa/SFC nº01/2007.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A falta de recursos humanos na unidade			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (019)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
<p>Proceder à elaboração do inventário analítico dos bens patrimoniais da UNIFAP, em conformidade como os dispositivos contidos na Instrução Normativa SEDAP nº 208/88 e em atendimento ao item 9.5.4 do Acórdão nº. 6121/2009 - TCU - 2ª Câmara.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento de Administração Geral			47665
Síntese da providência adotada:			
<p>A UNIFAP adotou providências visando o aperfeiçoamento do controle do setor patrimonial tais como: Capacitação dos servidores e Projeto para a construção de um novo prédio do patrimônio. Quanto a elaboração do inventário, a comissão designada está em fase de conclusão do levantamento.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>O inventário em questão foi concluído.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A PROAP juntamente com o Departamento de Administração Geral exercem essa função.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	1.1.5.3 CONSTATAÇÃO: (022)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Notificar os servidores de matrículas SIAPE 0051786, 1014616, 1011331, 0456050, 1012412 e 1012220, para que retornem às suas atividades na UNIFAP, em razão da ausência de atos autorizadores eficazes para os seus afastamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Quanto às cessões dos servidores elencados neste item, temos os seguintes esclarecimentos: SIAPE 0051786, 0456050 e 1012220: foram enviadas notificações aos servidores, porém recusaram em receber, contudo, esta instituição estará adotando providências para o retorno dos mesmos e outros procedimentos administrativos; SIAPE 1014616: servidor notificado e apresentado nesta IFES; SIAPE 1011331: servidor encontra-se aposentado; SIAPE 1012412: situação de cessão do servidor está regularizada. Em anexo, segue cópias das notificações dos servidores.			
Síntese dos resultados obtidos			
Os servidores em questão retornaram para Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ocorreu um melhor acompanhamento e controle por parte da Coordenação de Gestão de Pessoas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	1.1.5.3 CONSTATAÇÃO: (022)	RECOMENDAÇÃO: 003	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Iniciar tempestivamente os procedimentos de prorrogação antes do término do período das cessões. Caso ocorra o termo das cessões antes da conclusão dos procedimentos de prorrogação, os servidores devem ser notificados a retornar à unidade até que o processo seja concluído.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas			37617
Síntese da providência adotada:			
No que concerne à prorrogação das cessões, iniciaremos com os procedimentos de prorrogação antes do término das mesmas, evitando assim, as irregularidades nos processos.			
Síntese dos resultados obtidos			
As novas cessões não foram autorizadas enquanto não houver a regularização dos pagamentos de cessões anteriores.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ocorreu um melhor acompanhamento e controle da Coordenação de Gestão de Pessoas em relação as cessões.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	1.1.5.4 CONSTATAÇÃO: (023)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
<p>Abster-se de prorrogar ou conceder novas cessões de servidores ao Estado do Amapá enquanto perdurar a inadimplência do mesmo em relação aos reembolsos devidos, bem assim, notificar os servidores para que retornem às suas atividades na UNIFAP.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			
Síntese da providência adotada:			
<p>A administração adotará medidas para revisar os valores do Governo do Estado do Amapá e da Prefeitura Municipal de Macapá. As novas cessões não serão autorizadas quanto perdure as inadimplências dos entes.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Os processos administrativos encontram-se na Procuradoria Jurídica da UNIFAP, para providenciar medidas administrativas e judiciais.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A administração encaminhou vários ofícios tanto para a Prefeitura Municipal de Macapá e Governo do Estado, com intuito da regularização do débito, mas não teve resposta de nenhum dos entes.</p>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	1.1.8.1 CONSTATAÇÃO: (030)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			
Descrição da Recomendação:			
Recomenda-se ao gestor, quando da realização de processos licitatórios, observe o contido no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993, abstendo-se de inserir nos editais dos certames exigências que promovam frustração ao caráter competitivo da licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			
Síntese da providência adotada:			
A administração não incluirá mais em seus editais esse tipo de exigência, uma vez, que se buscou uma forma para dar mais celeridade ao Processo Seletivo.			
Síntese dos resultados obtidos			
Nossos editais estão constantemente sendo atualizados de acordo com as normas de licitações.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi aperfeiçoada a dinâmica e o acompanhamento dos processos de licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	1.1.9.1 CONSTATAÇÃO: (027)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			
Descrição da Recomendação:			
Aplicar as penalidades previstas na cláusula décima primeira do Contrato nº 10/2008 ao Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG, caso o mesmo não cumpra com sua obrigação de prestar contas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			
Síntese da providência adotada:			
A Reitoria providenciou medidas administrativas para penalizar a contratada.			
Síntese dos resultados obtidos			
O processo administrativo encontra-se na Procuradoria Jurídica da instituição.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O IBEG se manifestou, mas não apresentou uma justificativa sobre a prestação de contas.			

12.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.15.4 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (016)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Exigir, do Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG, a restituição integral das despesas pagas, no valor de R\$ 31.261,02 (Trinta e um mil, duzentos e sessenta e um reais e dois centavos), para as quais havia previsão orçamentária.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			16327
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A comissão de Sindicância apurou os fatos referentes às previsões orçamentárias do Processo Seletivo 2008. De acordo com o relatório, consta que não houve má fé dos coordenadores do processo, ocorreu que o número de inscrição foi superior ao previsto.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O que ocorreu foi a demora dos trabalhos da referida comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (016)	RECOMENDAÇÃO: 002	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ª PARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Exigir, do Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG, a restituição integral das despesas pagas, no valor de R\$19.625,93 (Dezenove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), referentes ao excedente decorrente da extrapolação dos limites orçamentários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			16327
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A comissão de Sindicância apurou os fatos referentes às previsões orçamentárias do Processo Seletivo 2008. De acordo com o relatório, consta que não houve má fé dos coordenadores do processo. Ocorreu que o número de inscrição foi superior ao previsto.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O que ocorreu foi a demora dos trabalhos da referida comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (016)	RECOMENDAÇÃO: 003	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Apurar a responsabilidade a quem deu causa aos fatos e abster-se de promover alterações nas condições contratuais sem a devida apresentação de justificativas para o caso e a formulação de termo aditivo ao contrato firmado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
REITORIA			16327
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A comissão de Sindicância apurou os fatos referentes às previsões orçamentárias do Processo Seletivo 2008. De acordo com o relatório, consta que não houve má fé dos coordenadores do processo. Ocorreu que o número de inscrição foi superior ao previsto.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O que ocorreu foi a demora dos trabalhos da referida comissão.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	1.1.5.3 CONSTATAÇÃO: (022)	RECOMENDAÇÃO: 002	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933-2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Realizar o levantamento dos reembolsos devidos pelo Estado do Amapá em razão da cessão do servidor de matrícula SIAPE 1012220, referentes ao período de agosto/2009 até a data de seu efetivo retorno à UNIFAP, a fim realizar a devida cobrança.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas			37617
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Coordenação de Gestão de Pessoas está finalizando o levantamento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de documentação do governo do Estado do Amapá referente a cessão do servidor.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	1.1.5.4 CONSTATAÇÃO: (023)	RECOMEND AÇÃO: 002	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933- 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Efetuar cobrança administrativa dos reembolsos por cessão de pessoal devidos pelo Estado do Amapá, que totalizaram, até abril/2010, R\$ 360.641,55 (Trezentos e sessenta mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), estipulado prazo peremptório para a quitação. Em caso de insucesso na cobrança, iniciar procedimentos para a inscrição na Dívida Ativa da União.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Procuradoria Jurídica da UNIFAP			47652
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O processo administrativo encontra-se na Procuradoria Jurídica da UNIFAP, para providenciar medidas administrativas e judiciais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A administração encaminhou vários ofícios ao governo do Estado, com intuito de regularização do débito, porém não houve manifestação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	1.1.5.4 CONSTATAÇÃO: (023)	RECOMENDAÇÃO: 003	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933-2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Efetuar cobrança administrativa dos reembolsos por cessão de pessoal, devidos pelo Município de Macapá, que totalizaram, até abril/2010, R\$ 135.053,79 (Cento e trinta e cinco mil, cinqüenta e três reais e setenta e nove centavos), estipulado prazo peremptório para a quitação. Em caso de insucesso na cobrança, iniciar procedimentos para a inscrição na Dívida Ativa da União.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Procuradoria Jurídica da UNIFAP			47652
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O processo administrativo encontra-se na Procuradoria Jurídica da UNIFAP, para providenciar medidas administrativas e judiciais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A administração encaminhou vários ofícios ao governo do Estado, com intuito da regularização do débito, mas não houve manifestação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	1.1.7.1 CONSTATAÇÃO: (025)	RECOMENDAÇÃO: 001	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933-2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Manter atualizados no SISAC os registros dos atos de admissão, desligamentos, aposentadorias e pensões, com prioridade para o registro das atuais pendências.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas			37617
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A falta de treinamento para capacitar o servidor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A falta de disponibilidade de curso para capacitar o servidor responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	1.1.7.1 CONSTATAÇÃO: (025)	RECOMENDAÇÃO: 002	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933-2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Orientar os servidores responsáveis pela operacionalização dos registros de atos no SISAC quanto ao uso do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Gestão de Pessoas			37617
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A falta de treinamento para capacitar o servidor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A falta de disponibilidade de curso para capacitar o servidor responsável.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Amapá			1710
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	1.1.9.1 CONSTATAÇÃO: (027)	RECOMENDAÇÃO: 002	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 243933 2ªPARTE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
UNIFAP			1710
Descrição da Recomendação:			
Exigir do Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental - IBEG, caso não seja apresentada a prestação de contas, restituição dos valores transferidos pela UNIFAP, no montante de R\$729.188,88 (Setecentos e vinte e nove mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAP/DEPLAN			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O processo administrativo encontra-se na Procuradoria Jurídica da instituição, para providenciar medidas administrativas e judiciais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O IBEG se manifestou, mas não apresentou uma justificativa sobre a prestação de contas.			

PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010, INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DO CONTROLE INTERNO.

A Auditoria Interna da Fundação Universidade Federal do Amapá durante o exercício de 2010 emitiu 16 (dezesseis) Solicitações de Auditoria e 04 (quatro) Notas de Auditoria, dentre as quais destacamos a número 002, de 08 de abril de 2010 que apresentou as seguintes constatações e recomendações:

1ª) Constatação 01.

Manutenção irregular das Cessões de 22 (vinte e dois) servidores pertencentes ao quadro da GRA, em razão de ausência de portarias de prorrogações, para que os mesmos permaneçam a disposição da Instituição, conforme disposição contida no art.2º do Decreto 4.050/2001.

Recomendação: Providenciar junto ao Órgão de origem dos servidores a regularização da situação em que se encontram para que sejam lavradas as portarias de prorrogação se for o caso, ou determinar o imediato retorno dos servidores para seus referidos Órgãos de origem.

Providência Adotada: Foi providenciado junto a Reitoria em 21 de maio de 2009, Memorando 237/2009/DRH/UNIFAP, visando a prorrogação das cessões dos 24 (vinte e quatro) servidores.

2ª) Constatação 02.

Manutenção irregular de 2 (dois) servidores, oriundos da GRA, totalmente em desacordo com os procedimentos elencados no art.2º do Decreto 4.050/2001.

Recomendação: Determinar o imediato retorno dos servidores Marcelino da Costa Alves e Maria Doraci Guedes Rodrigues para seus Órgãos de origem e apurar a responsabilidade pelo recebimento e lotação na Coordenação de Ciências Sociais e na Coordenação de Letras, dos referidos servidores sem o devido diploma legal (Portarias de Cessão) com a homologação do Órgão de origem.

Providência Adotada: Os servidores relacionados foram colocados a disposição desta IFES através do Ofício 0123/2009/MF/AP, de 20/01/2009, para desenvolverem suas atividades laborais na instituição e assim, aguardarem a publicação das portarias de cessão a serem efetivadas pelo MPOG.

PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010, OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

A Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP tem como centro de seus objetivos oferecer à sociedade o ensino, indissociável da pesquisa e da extensão. Do mesmo modo, exercer seu papel social, prestando serviços às entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, com foco na promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, sócio econômico e cultural nacional, regional e local.

Dentre as informações consideradas relevantes pela UNIFAP no exercício, podemos destacar: a implementação das ações previstas no Plano de Reestruturação e Expansão da UNIFAP/REUNI, como concursos públicos para servidores docentes e técnico-administrativos, a implantação de dois novos cursos, a saber: Medicina (30 vagas) e Ciências Farmacêuticas (50 vagas), totalizando 80 novas vagas, a oferta de vagas no curso de Mestrado em Ciências da Saúde (31 vagas) o uso da tecnologia Moodle, em cursos semipresenciais e a ampliação de 02 (duas) para 04 (quatro) turmas do Cursinho Pré-Vestibular CPV Negros, totalizando 240 alunos beneficiados, superando a meta prevista no REUNI, o que possibilitou ainda o aumento de vagas de monitoria para acadêmicos da UNIFAP e a implantação do Programa Universidade da Maturidade – UMAP, que tem beneficiado a terceira idade, atendendo inicialmente a um quantitativo de 100 (cem) alunos.

Outros programas também foram implantados como o de Inclusão Digital que atende a comunidade acadêmica e a sociedade ofertando 70 (setenta) vagas. Houve ainda; o curso de idiomas (inglês e francês) com 80 (oitenta) vagas para os acadêmicos e ainda, o pró-estudante natação com a oferta de 60 (sessenta) vagas.

Concernentes às obras previstas no REUNI, foram executadas: a manutenção e reforma da rede elétrica do Campus Marco Zero; a construção dos prédios dos laboratórios de esforço físico e de biologia; a 2ª etapa dos laboratórios da área médica no Campus Marco Zero; a complementação do valor para construção do prédio de enfermagem; a construção de

um bloco de salas com 02 pavimentos no Campus Marco Zero; a construção do prédio do patrimônio desta IFES e a obra de urbanização do Campus Marco Zero.

Outra importante conquista desta IFES para dar apoio às atividades de pesquisa, ensino e extensão se atinem a sua expansão para a interiorização através da pactuação do projeto de criação do Campus Binacional do Oiapoque pelo Ministério da Educação.

Na graduação de Educação à distância houveram projetos e programas que contribuíram para o desenvolvimento diversas ações, dentre as quais podemos mencionar: a aprovação edital TICs para mobiliar o núcleo UAB e os pólos de Macapá e Vitória do Jarí; a participação no edital n°.015/2010, que proporcionou incentivo financeiro para fomentar atividades ligadas ao uso de TCI's na educação; aprovação de cinco cursos de capacitação EAD, a saber: introdução ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA), formação de tutores em EAD; legislação sobre educação superior, com ênfase na legislação da EAD; planejamento de aulas e atividades em cursos à distância e ferramentas WEB 2.0 e educação.

Destacamos ainda outros sucessos obtidos como: a aprovação do Projeto UCA (um computador por aluno); aprovação do mestrado em matemática à distância, que será ofertado em dois pólos: Equador e Santana (12 vagas); aprovação de quatro cursos na modalidade à distância (matemática, ciências, filosofia e sociologia).

Outros destaques foram às parcerias firmadas junto a CEDERJ, UNB, UFPA, UAB para uso de materiais didáticos para os cursos mencionados.

No campo da pesquisa, uma das atividades fins da instituição, é responsável pelo avanço do conhecimento transmitido pelo ensino e alicerçado em programas de extensão. O desenvolvimento da pesquisa institucional é vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, através do Departamento de Pesquisa. O número de grupos de pesquisa vem crescendo nos últimos anos. Atualmente existem 53 grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq

B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010

13.1. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro B.1.1. – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
Fundação Universidade Federal do Amapá		154215	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Macapá-AP	Data	14/03/2011
Contador Responsável	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro	CRC nº	CRC-AP 001621/0-4

14. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência é para Empresas da Administração Pública Federal cujo capital acionário esteja sob o controle da União.

**C. PARTE C DO ANEXO II DA DN 107/2010 – CONTEÚDO ESPECÍFICO
POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

15. PARTE C, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 57, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência são as unidades vinculadas à justiça Eleitoral.

16. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, tendo em vista a sua abrangência são os fundos Constitucionais de Financiamento.

17. PARTE C, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.**17.1. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão nº TCU 408/2002 –
Plenário e Modificações Posteriores****Quadro C.7.1. – Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002**

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	21.627.098,39	26.752.808,79	28.423.667,00	37.193.538,25	45.141.739,59
Número de professores equivalentes	137,50	135,50	150,50	172,00	236,50
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	217,25	228,25	245,25	256,25	258,75
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	3.980,00	3.660,50	6.818,00	4.886,00	5.039,00
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	35,00	68,50	128,50b	146,00	253,00
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	2.405,32	1.781,48	2.049,31	2.181,82	2.722,27
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	2.993,49	2.335,46	2.683,55	2.917,36	3.600,10
Número de alunos da pós- graduação em tempo integral (APGTI)	70,00	137,00	257,00	292,00	506,00

Fonte: DEPLAN

Quadro C.7.2. – Indicadores de Decisão TCU nº 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2006	2007	2008	2009	2010
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	7.061,93	10.828,60	9.764,09	11.589,08	10.993,82
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	18,00	14,14	15,12	14,38	13,65
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	11,39	8,40	9,64	9,65	12,48
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,58	1,68	1,63	1,49	1,09
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,60	0,49	0,60	0,45	0,54
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,01	0,02	0,04	0,03	0,05
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	0,88	0,88	0,88	0,88	1,06
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	2,66	2,67	2,93	2,94	3,06
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	73,00	30,00	55,00	45,00	62,00

Fonte: DEPLAN

ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Quanto ao Custo Corrente/Aluno Equivalente:

No exercício de 2010 a relação entre custo corrente e aluno equivalente reduziu 5,14% em relação ao ano de 2009 devido o aumento no número de alunos equivalentes da graduação (AGE) decorrente da elevação da quantidade de diplomados que em 2009 foram registrados 363 e em 2010 foram 497, e da pós-graduação em tempo integral (APGTI) que aumentou de 292 em 2009 para 556 em 2010, com percentual de 73,29%. Essa elevação se justifica em decorrência da adoção de algumas políticas realizadas pelas coordenações de cursos.

Quanto ao Aluno Tempo Integral / Professor:

Este indicador diminuiu em relação a 2009 em razão da contratação de novos docentes realizadas por meio do plano de reestruturação e expansão do REUNI e ainda, o aumento no número de alunos equivalentes da pós-graduação em tempo integral (APGTI), que aumentou de 292 em 2009 para 556 em 2010, com percentual de 57,71% e o número de alunos equivalentes da graduação (AGE) decorrente do aumento da quantidade de diplomados que em 2009 foram registrados 363 e em 2010 foram 497.

Aluno Tempo Integral / Funcionário:

Quanto ao indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário, constata-se o aumento de 9,65 do exercício de 2009 para 12,48 em 2010, decorrência do aumento significativo no número de alunos equivalentes da pós-graduação em tempo integral (APGTI), que aumentou de 292 em 2009 para 556 em 2010, com percentual de 57,71% e o número de alunos equivalentes da graduação (AGE) decorrente do aumento da quantidade de diplomados que em 2009 foram registrados 363 e em 2010 foram 497.

Funcionário Equivalente/Professor Equivalente:

Analisando os dados referentes ao indicador em destaque, percebe-se uma pequena variação na equivalência do índice, em decorrência de contratação de mais docentes e técnico-administrativos no decorrer do exercício de 2010.

Grau de Participação Estudantil (GPE):

Analisando este indicador, percebe-se o aumento no grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UNIFAP e a velocidade de integralização curricular, em virtude da variável AgTI (número de alunos de graduação em tempo integral) considerada na base do cálculo influenciou diretamente no resultado do indicador, tendo em vista que houve aumento no número de alunos diplomados, que, no exercício de 2009 foi de 363 ao passo que em 2010 foi de 497.

Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG):

Analisando este indicador, constata-se o aumento de 0,03 para 0,05 em relação a 2009 para 2010 devido o aumento significativo de alunos na pós-graduação, que foi de 292 para 506 alunos.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação:

Analisando o indicador em destaque, percebe-se que nos últimos anos o conceito permaneceu em 0,88, porém, no exercício de 2010 teve uma elevação para 1,06 devido à criação do Mestrado em Ciências da Saúde.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):

Este índice vem aumentando no decorrer dos exercícios, porém no exercício de 2010 houve uma elevação expressiva em relação aos anos anteriores em razão de novos provimentos de docentes (aumento de 31,10% em relação ao ano anterior), contratados nas vagas disponibilizadas pelo Plano de Expansão-REUNI. Cabe ressaltar os docentes mencionados ingressaram predominantemente com titulações de mestres e doutores.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):

Analisando este índice, percebe-se que houve um aumento de 45% para 62% do exercício de 2009 para 2010 devido o aumento no número de alunos equivalentes da graduação (AGE) decorrente da elevação da quantidade de diplomados que em 2009 foram registrados 363 e em 2010 foi de 497.

Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº. 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto.

PROJETO	CONTRATO /CONVÊNIO	CONTRATA DO	OBJETO	VALOR	VIGÊNCIA	RECURSOS FINANCEIROS	RECURSOS MATERIAIS	RECURSOS HUMANOS
Educação no Campo	014/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto destinado à oferta do Curso de Licenciatura em Educação no Campo	960.000,00	4 anos a partir de 07/07/2009	-	Não Houve – IFES	Coordenador e Público Alvo atendido
Vestibular 2010 – 1º e 2º fases	017/2009	FUNDAÇÃO MARCO ZERO	Gerenciar parcela dos recursos orçamentários e financeiros destinados à realização do Processo Seletivo de Discentes - Vestibular 2010 - 1º e 2º fases; 3º fase.	1.079.860,44	12 meses a contar de 18/08/2009	-	Não houve - IFES	Público Alvo atendido
Graduação em Matemática	018/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto destinado à impressão de materiais do Curso de Graduação em Matemática.	17.670,80	06 meses a contar de 16/12/2009 Prorrogado até 28/02/11	-	Não Houve – IFES	Coordenador e Público alvo atendido
Projeto de implantação do sistema acadêmico na UNIFAP	019/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto destinado à contratação de bolsistas que irão atuar na implantação e no desenvolvimento do sistema acadêmico da UNIFAP	150.000,00	16/12/2009 a 16/12/2010 Prorrogado até 28/02/11	-	Não houve - IFES	Coordenador publico alvo envolvido
Gestão Escolar	020/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto destinado à oferta do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar	460.000,00	16 meses a contar de 30/11/2009	-	Não Houve – IFES	Coordenador e publico alvo envolvido
Escola Ativa	021/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto de formação destinado à qualificação dos técnicos pertencentes à UNIFAP, Secretaria Estadual e Municipal de Educação do Amapá, dos movimentos sociais e UNDIME, Programa Escola Ativa	132.368,80	11/12/2009 a 11/12/2010 Prorrogado até 28/02/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e publico alvo envolvido
Educação Básica	022/2009	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros destinados a apoiar a Capacitação e formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – Nacional.	82.500,00	16/12/2009 a 16/12/2010	-	Não Houve – IFES	Coordenador e publico alvo envolvido
Educação Básica em parceria com	003/2010	FUNPEA	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do projeto	166.730,89	18/01/2010 a 18/01/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador publico alvo envolvido

a UAB			destinado à execução dos Cursos da rede de educação para a diversidade pela UNIFAP.					
	005/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros a realização das atividades recreativas da Universidade da Maturidade do Amapá-UMAP	65.000,00	01/04/2010 a 15/07/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador público alvo envolvido
PARFOR	017/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros PARFOR	529.733,08	02/12/2010 a 02/10/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido
Pro- letramento	018/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros destinados ao Projeto “Pró-letramento – formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e Matemática”.	57.474,90	14/12/2010 a 30/09/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido
Programa Escola Ativa	019/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros destinados ao Projeto de Formação de Técnicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação no Programa Escola Ativa	63.404,70	14/12/2010 a 14/10/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido
UAB	020/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros destinados à oferta de Cursos de Formação Continuada de Professores da Rede pública da educação básica, em parceria com a UAB	938.321,46	14/12/2010 a 14/10/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido
	021/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do Programa “Qualificar e construir de forma integrada a formação e habilitação de professores indígenas do Estado do Amapá e Norte do Pará, para atuarem nas escolas das comunidades indígenas nos últimos anos do ensino fundamental e médio, conferindo-lhes a titulação em ‘Licenciatura Plena em Educação Escolar Indígena’ com habilitação em uma das seguintes áreas: 1. Linguagem e Códigos; 2. Ciências Humanas; 3. Ciências Exatas e da Natureza”, além da “Realização de	165.540,00	14/12/2010 a 14/06/2011	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido

			Seminário para discussão e revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação escolar indígena e suas respectivas áreas”, com recursos originários de descentralização de crédito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE).					
PRO SAÚDE	022/2010	FMZ	Gerenciar recursos orçamentários e financeiros do Programa “Integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformação nos processos de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população”, com recursos originários do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde.	400.000,00	15/12/2010 a 15/12/2013	-	Não houve - IFES	Coordenador e público alvo envolvido

Fonte: DEPLAN

18. PARTE C, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, em vista ser informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

19. PARTE C, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, em vista ser informações de empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e demais empresas controladas direta ou indiretamente pela União.

20. PARTE C, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

A UNIFAP, através da Assessoria de Relações Internacionais firmou quatro acordos de cooperação técnica com organismos internacionais, a saber: Acordo Geral de Cooperação Acadêmica com a Universidade de Coimbra; Acordo Geral de Cooperação Acadêmica e Pesquisa com a Universitário Guianense; Acordo Geral de Cooperação Interuniversitário com a Universidade de Toulouse – Le Mirail; Acordo Geral de Cooperação Acadêmica de pesquisa extensão e desenvolvimento com a Associação de Universidades Amazônicas.

Ressaltamos que todos estes acordos tem como objetivo fixar condições gerais de cooperação, almejando desenvolver o ensino, a extensão, a investigação científica e a contribuição para o desenvolvimento dos países envolvidos.É relevante frisar que os instrumentos citados não estabelecem a contratação de consultores na modalidade “produto”.

Face ao exposto, não cabe o preenchimento do quadro “Consultores contratados na modalidade “Produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica, convênios com organismos internacionais

20.2. Análise Crítica

Como não realizamos a contratação de consultores na modalidade “produto”, não cabe a análise crítica.

21. PARTE C, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

Não se aplica à natureza da Fundação Universidade Federal do Amapá, em vista ser informações do Instituto Nacional de Seguro Social.

RESULTADOS E CONCLUSÕES, ANEXO III DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010.

A atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de referência envolveu o fortalecimento dos cursos já existentes, a oferta de vagas no vestibular 2010 em dois novos cursos de graduação, a saber: Medicina e Ciências Farmacêuticas, a oferta de vagas no curso de Mestrado em Ciências da Saúde. Podemos mencionar ainda, a contratação de pessoal técnico-administrativo e docentes, a contratação de serviços terceirizados, reformas e adaptações na infra-estrutura física, todos em consonância com os programas de governo das quais esta IFES está inserida.

Outro aspecto relevante no exercício 2010 foi à expansão da UNIFAP para a interiorização através da pactuação do projeto de criação do Campus Binacional do Oiapoque pelo Ministério da Educação. O referido Projeto está orçado no montante total de R\$46.728.000,00 (Quarenta e seis milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), que serão aplicados em obras, equipamentos e assistência estudantil. Cabe destacar que, para atender o projeto em tela, há previsão de que até 2014, sejam contratados 117 docentes para os novos cursos e 147 técnico-administrativos, para dar apoio as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da UNIFAP foram: a disponibilidade de créditos orçamentários para atender as despesas de custeio, principalmente serviços de vigilância, limpeza e conservação, bem como consumo de energia elétrica nos Campi, despesas estas que consomem grande parte do orçamento desta IFES, em

aproximadamente 70% (setenta) por cento dos créditos, dificultando desta forma a execução das demais demandas para a manutenção e funcionamento desta UJ. Quanto às descentralizações de crédito, as dificuldades principais foram às liberações ocorridas apenas no segundo semestre do exercício 2010, o que inviabilizou a sua execução na integralidade, tendo em vista os procedimentos legais a serem observados até a fase final do processo de execução dos créditos. Para mitigar tais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos da UJ no exercício, somente é possível através de um acordo junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e esta IFES, para facilitar a execução das demandas para a manutenção e funcionamento desta UJ.

ANEXO I

PARTE A, ITEM 7 do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DECLARAÇÃO DOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Declaro que os contratos da Fundação Universidade Federal do Amapá estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Declaro ainda, que no exercício de 2010 a Instituição não firmou convênios, contratos de repasse e termos de parceria, em função disso, não existem registros no SIASG e SICONV.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Macapá-AP, 31 de março de 2011.

Regina Schinda
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Portaria nº. 121/2010-UNIFAP

ANEXO II

PARTE A, ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito e atendimento a Parte A, item 8 do anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei n.º.8.730 referente a entrega da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse, no término da gestão, exoneração, no exercício de cargo ou função, bem como no final de cada exercício financeiro por parte dos servidores da Fundação Universidade Federal do Amapá.

Macapá-AP, 31 de março de 2011.

Felipe Matheus Coutinho Carvalho
Diretor de Gestão de Pessoas
Portaria n.º. 618/2010-UNIFAP